

PROJETO PEDAGÓGICO DE CURSO

**ENSINO MÉDIO NA MODALIDADE DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS
INTEGRADO À QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL EM AGENTE DE HIGIENE E
SEGURANÇA DO TRABALHO (EJA-EPT)**

INSTITUTO FEDERAL CATARINENSE
CAMPUS CAMBORIÚ

CAMBORIÚ/SC
OUTUBRO/2021

SÔNIA REGINA DE SOUZA FERNANDES
REITORA

JOSEFA SUREK DE SOUZA
PRÓ-REITORA DE ENSINO

SIRLEI DE FÁTIMA ALBINO
DIRETORA GERAL DO CAMPUS

MARIA OLANDINA MACHADO
DIRETORA DE DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL DO CAMPUS

LETÍCIA LENZI
COORDENADORA DA EJA-EPT

COMISSÃO DE ELABORAÇÃO E SISTEMATIZAÇÃO

ALDALÚCIA TEREZA DA ROSA
CRISTALINA YOSHIE YOSHIMURA
DANIELE SOARES DE LIMA
DEBORA DE FATIMA EINHARDT JARA
FLÁVIA WALTER
FLÁVIO LEITE COSTA
GUSTAVO TANUS MARTINS
LETÍCIA LENZI
LUCIANA COLUSSI
LUIZ ALVARO MONTEIRO JUNIOR
MARCOS ALEXANDRE HEINIG
MAURÍCIO GUSTAVO RODRIGUES
RAFFAEL BOTTOLI SCHEMMER
ROSANE PEDRON CARNEIRO

SUMÁRIO

1. Detalhamento do curso da qualificação profissional	6
2. Justificativa de oferta do curso	8
3. Princípios Filosóficos e Pedagógicos da EJA-EPT	11
3.1 Objetivos do curso	11
3.1.1. Objetivo Geral	11
3.1.2. Objetivo Específicos	12
3.2 Requisitos e formas de acesso e ingresso	12
3.3 Acompanhamento e monitoramento das ações de evasão, permanência e êxito	12
3.4 Políticas de atendimento ao estudante	14
4. Organização didático-pedagógico	15
4.1 Perfil do Egresso	15
4.2 Organização curricular	15
4.2.1 Integração e organicidade curricular	17
4.2.2 Curricularização da pesquisa e extensão	18
4.2.3 Prática Profissional	20
4.2.6 Mediação	25
4.2.7 Organização dos tempos e espaços	27
4.2.9 Aproveitamento de estudos	29
4.3 Matriz Curricular	32
4.4 Ementário	33
5. Acessibilidade	50
6. Avaliação	52
6.1 Recuperação paralela	56
6.2 Aprovação	57
7. Sistema de avaliação e acompanhamento do curso	58
8. Expedição de Diploma e Certificados	59
9. Corpo docente e técnico administrativo em educação do IFC	60
9.1 Corpo docente	60
9.2 Coordenação de curso	61
9.3 NDB	62
9.4 Colegiado	62
9.5 Corpo Técnico Administrativo em Educação	63
9.6 Políticas de Capacitação para Docentes e Técnicos Administrativos em Educação	65
10. Instalações físicas	65
10.1 Biblioteca	67
10.2 Áreas de ensino específicas	67
10.3 Área de esporte e convivência	68

10.4. Área de atendimento ao estudante	69
11. Referências	69

PROJETO PEDAGÓGICO DE CURSO

Os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, criados por meio da Lei 11.892/2008, constituem um modelo de instituição de Educação Profissional e Tecnológica que visa responder, de forma eficaz, às demandas crescentes por formação profissional, por difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos e de suporte aos arranjos produtivos locais. Presente em todos os Estados da Federação, os Institutos Federais contêm a reorganização da Rede Federal de Educação Profissional, oferecendo cursos de qualificação profissional, cursos técnicos subsequentes e integrados ao ensino médio, educação de jovens e adultos, cursos superiores de tecnologia, bacharelado, licenciatura e pós-graduação.

O Instituto Federal Catarinense (IFC) resultou da integração das antigas Escolas Agrotécnicas Federais de Concórdia, Rio do Sul e Sombrio com os Colégios Agrícolas de Araquari e de Camboriú, até então vinculados à Universidade Federal de Santa Catarina. Atualmente o IFC possui 15 (quinze) *campi*, distribuídos nas cidades de Abelardo Luz, Araquari, Blumenau, Brusque, Camboriú, Concórdia, Fraiburgo, Ibirama, Luzerna, Rio do Sul, Santa Rosa do Sul, São Bento do Sul, São Francisco do Sul, Sombrio e Videira, além da Reitoria, instalada na cidade de Blumenau.

O *Campus* Camboriú do IFC, conhecido ainda por muitos na região como Colégio Agrícola de Camboriú (CAC), em alusão à sua antiga designação, teve sua história iniciada em 08 de abril de 1953, data de sua fundação. Ao longo das décadas, o colégio cresceu e se desenvolveu tornando-se uma instituição educacional de destaque na região. Em 2009, adequando-se a Lei 11.892/2008, o CAC/UFSC transformou-se em Instituto Federal Catarinense - *Campus* Camboriú, e passou a responder às novas políticas de expansão da Rede Federal de ensino, oferecendo, prioritariamente, cursos técnicos de nível médio integrados, cursos de formação básica e profissional para jovens e adultos, cursos técnicos subsequentes, de graduação, licenciatura e pós-graduação. Com a criação do IFC - *Campus* Camboriú foi possível aumentar não apenas a abrangência das atividades de ensino, mas também a inserção nas áreas de pesquisa e extensão, estendendo significativamente seus benefícios à comunidade.

Dentro deste cenário, salienta-se a oferta dos cursos de Educação de Jovens e Adultos (EJA), modalidade ofertada pelo *Campus* Camboriú desde 2007, com a implementação do Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na modalidade de Educação de Jovens e Adultos - PROEJA. Ao longo dos anos, os cursos do PROEJA ofertados pelo *campus*, a saber, Qualificação Profissional em Agroindústria, em Informática, em Hospitalidade e Lazer e em Agente de Observação de Segurança, tiveram um forte impacto social no município de Camboriú e

outros municípios da região, por responder de forma efetiva à demanda por escolarização e profissionalização de sujeitos que tiveram negado seu direito de concluir a educação básica em tempo regular.

Com o intuito de fortalecer esta modalidade de ensino, em 2019, a Reitoria do IFC formou um grupo de trabalho para articular ações de fomento da Educação de Jovens e Adultos articulada à Educação Profissional e Tecnológica, a EJA-EPT, em todos os *campi* do IFC. Um dos importantes frutos do trabalho desse grupo foi a criação de uma Política de Educação de Jovens e Adultos Articulada à Educação Profissional e Tecnológica no IFC, publicada na Resolução nº 44/2020 do CONSUPER. Há de se ressaltar a importância desse grupo para o diálogo permanente sobre a EJA-EPT na instituição, sendo um espaço de formação e elaboração de ações voltadas para este público.

Adequando-se àquela Resolução e à Nova Organização Didática do IFC, expressa na Resolução nº 010/2021, o IFC - *Campus* Camboriú deixou então de fazer referência institucional à sigla do Programa - PROEJA, reforçando o compromisso da oferta da EJA-EPT enquanto política da instituição, considerando que políticas, como ações permanentes, vão muito além do que propõe um Programa Educacional. Nesse sentido, já há previsão institucional das formas e possibilidades diferenciadas e abrangentes de oferta da EJA-EPT, podendo o curso ser proposto na sua totalidade pela instituição ou em parceria com as redes estadual ou municipal de ensino, seja mediante a articulação com um curso de qualificação profissional ou com um curso técnico.

Dentro deste panorama, o presente documento tem o objetivo de apresentar o Projeto Pedagógico do Curso da Educação de Jovens e Adultos integrado à Qualificação Profissional em Agroindústria, projeto resultante do compromisso institucional em garantir o acesso à educação básica, e ao mesmo tempo, a uma qualificação profissional, aos jovens e adultos trabalhadores. Este curso está adequado às Diretrizes Curriculares Nacionais, ao Projeto Pedagógico Institucional (PPI), ao Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), à Organização Didática do IFC e à Política de Educação de Jovens e Adultos articulada à Educação Profissional e Tecnológica do IFC.

1. Detalhamento do curso da qualificação profissional

Denominação do curso: Ensino Médio na modalidade de Educação de Jovens e Adultos integrado à Qualificação Profissional em Agente de Higiene e Segurança do Trabalho.

Titulação do curso: Qualificação Profissional em Agente de Higiene e Segurança do Trabalho.

Modalidade: presencial com 20% da carga horária em EaD.

Quantidade de Vagas: 40 vagas.

Turno de oferta: noturno.

Regime de Matrícula: seriado/anual.

Carga horária total do curso: 1440 horas.

Carga horária formação geral: 1200 horas.

Carga horária da qualificação profissional: 240 horas.

Tempo de duração do curso: 2 anos.

Periodicidade de oferta: anual.

Local de Funcionamento: Instituto Federal Catarinense - *Campus Camboriú*.

Legislação:

- Lei nº 9.394 de 20/12/1996 que estabelece as diretrizes e bases da educação;
- Lei nº 10.098/2000 que trata das questões sobre acessibilidade;
- Lei nº 11.892/2008 que trata da criação dos Institutos Federais;
- Lei nº 11.788/2008 que trata sobre estágios obrigatórios e não obrigatórios;
- Lei nº 11.741, de 16/07/2008 altera dispositivos da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para redimensionar, institucionalizar e integrar as ações da educação profissional técnica de nível médio, da educação de jovens e adultos e da educação profissional e tecnológica;
- Lei nº 11.947/2009, que dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da Educação Básica;
- Decreto 5.154/04 regulamenta o § 2º do art. 36 e os artigos 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências;
- Decreto nº 5.296/2004 que estabelece normas gerais e critérios básicos para promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida;
- Resolução Nº44/2020 que dispõe sobre a Política de Educação de Jovens e Adultos Articulada à Educação Profissional e Tecnológica EJA-EPT, no Instituto Federal Catarinense – IFC;
- Resolução CNE/CEB Nº 3/2018 que define Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio;
- Resolução CNE/CEB Nº 4/2010 define Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica;
- Resolução CNE/CEB Nº 4/2005 inclui novo dispositivo à Resolução CNE/CEB 1/2005, que atualiza as Diretrizes Curriculares Nacionais definidas pelo Conselho Nacional de Educação para o Ensino Médio e para a Educação Profissional Técnica de nível médio às disposições do Decreto nº 5.154/2004;
- Resolução IFC 30-5.6.19, que institui Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) do IFC 2019-2023;
- Portaria Normativa IFC 4-31.5.19, que trata sobre EAD em cursos presenciais;

- Parecer CNE/CP Nº 1/2004 institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana;
- Documento Base Programa Nacional de Integração da Educação profissional com a Educação Básica na modalidade de Educação de Jovens e Adultos -Formação Técnica Profissional de Ensino Médio - MEC/SETEC, 2007.

2. Justificativa de oferta do curso

A modalidade de Educação de Jovens e Adultos (EJA) no Brasil, perpassa um cenário de exclusão. Não se constituiu como predominante na sociedade brasileira a transição do jovem para o mundo do trabalho após finalizada a escolaridade básica, mas, especialmente, o ingresso precoce deste no mercado de trabalho e a conciliação ou superposição de estudo e trabalho. Esses jovens e adultos excluídos do sistema de ensino por diversas razões (gênero, etnia, classe) representam as múltiplas ausências que a sociedade brasileira, excludente, relega para grande parcela da população desfavorecida economicamente, socialmente e culturalmente (BRASIL, 2007).

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos (Parecer CNE/CEB nº 11/2000), consoante com a LDB (9394/96), apontam, então, três funções como responsabilidade da EJA: reparadora (restaurar o direito de uma escola de qualidade), equalizadora (restabelecer a trajetória escolar) e qualificadora (propiciar a atualização de conhecimentos por toda a vida). Portanto, as finalidades e funções específicas desta modalidade de ensino destinada aos jovens e adultos

[...] indicam que em todas as idades e em todas as épocas da vida, é possível se formar, se desenvolver e constituir conhecimentos, habilidades, competências e valores que transcendam os espaços formais da escolaridade e conduzam à realização de si e ao reconhecimento do outro como sujeito (PARECER CNE/CEB nº 11/2000).

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio avançam ao estabelecer que a Educação de Jovens e Adultos deve ser articulada, preferencialmente, com a Educação Profissional e Tecnológica, com objetivo de propiciar simultaneamente a qualificação profissional e a elevação dos níveis de escolaridade dos trabalhadores.

A demanda da classe trabalhadora pelo acesso à escola é uma marca profunda na história de nosso país, e que, ainda hoje, se mantém reprimida, deixando grande parte da população à margem do acesso à educação escolar. Conforme dados apresentados pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), em 2019, 51,2% das pessoas de 25 anos ou mais de idade não tinham concluído o Ensino Médio, o que equivale a 69,5 milhões de pessoas. Dessas, 43,8 milhões não apresentaram nem mesmo o ensino fundamental completo (PNAD, 2019). Embora o acesso à educação básica tenha aumentado no Brasil, altos índices de evasão e atraso escolar permanecem, sobretudo no Ensino

Médio. É o que também aponta o PNAD em 2019, indicando que 30,7% dos estudantes matriculados no Ensino Médio estavam em atraso ou haviam evadido da escola. Estes dados alarmantes apontam a importância do fortalecimento da EJA nas esferas municipais, estaduais e federais de ensino, como forma de restabelecer o direito à educação e à qualificação profissional desses sujeitos.

Nesse sentido, para enfrentar os problemas educacionais do país, o Plano Nacional da Educação – (PNE) de 2014-2024 estabelece 20 metas para a Educação, sendo as metas 9 e 10, especificamente, destinadas à EJA. A meta 9 desempenha um papel importante na luta pela ampliação da EJA no Brasil. Para a finalidade dessa proposta de trabalho, destacamos a meta 10:

A Meta 10 do Plano Nacional de Educação (PNE) traça como objetivo ampliar as matrículas da educação de jovens e adultos (EJA) no ensino fundamental (EF) e no ensino médio (EM) na forma integrada à educação profissional, com vistas a alcançar o valor de 25% do total de matrículas nessa modalidade até o final do Plano. A meta busca estimular os jovens e os adultos a concluírem a educação básica e, ao mesmo tempo, capacitá-los para atuar no mercado de trabalho. Objetiva-se, assim, superar a dicotomia escola-trabalho que muitas vezes é imposta a esse público. Nesse sentido, a Meta 10 reitera o objetivo do PNE de colocar em curso políticas e ações que ampliem não só a escolaridade, mas também a formação para o trabalho dos jovens e dos adultos brasileiros – em especial aqueles mais pobres –, e, assim, contribuir para a redução das desigualdades sociais existentes. A integração da EJA à educação profissional impõe aos gestores públicos diversos desafios, como formação do profissional para lecionar para esse público, integração curricular, desenvolvimento de metodologias de ensino específicas, infraestrutura das escolas etc.

Neste cenário, o IFC assume a Educação Profissional na modalidade de Educação de Jovens e Adultos como política centrada na integração entre formação geral e educação profissional – educação integrada. Tal política busca romper com a lógica de programas focais, imediatistas e fragmentados, com caráter de treinamento para o trabalho centrado na empregabilidade, e coloca como desafio incorporar à formação de jovens e adultos novas formas de relação com o trabalho. A formação humana não é exclusividade do mundo do trabalho ou do mundo da educação, o que implica percebê-la como ponto de intersecção entre trabalho e educação. “Nessa intersecção, que compreende múltiplas dimensões, a qualificação nunca é apenas 'profissional' (dimensão técnica), mas sempre 'social' (dimensão sociolaboral)” (BRASIL, 2007, p. 46).

Cumprindo a função social desta Instituição, que é a de atender esse público que não teve a oportunidade de acesso à educação básica ou não a concluiu na faixa etária regular indicada na legislação brasileira e, considerando a Meta 10 do PNE 2014-2024 que determina que sejam ofertadas, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) das matrículas de Educação de Jovens e Adultos, bem como o que está previsto no decreto 5.840/2006, o IFC tem como meta a oferta desta modalidade de ensino em todos os *campi*, conforme previsto no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI).

2.1 Justificativa do curso EJA integrado à Qualificação Profissional em Agente de Higiene e Segurança do Trabalho.

O panorama laboral de acidentes de trabalho no mundo vem sendo atualizado todos os anos pelo Anuário Brasileiro de Proteção que utiliza as informações sobre acidentes e mortes, além do número de trabalhadores e do PIB *per capita* disponibilizados no site da OIT (Organização Internacional do Trabalho). No caso das mortes por acidente de trabalho, o Brasil segue ocupando o terceiro lugar, com um número anual de óbitos de 4,0 mortes a cada 100 mil trabalhadores. Nos acidentes de trabalho não-fatais, em números absolutos, permanecemos em quinto lugar. Contudo, o número de acidentes de trabalho não-fatais calculado a cada 100 mil trabalhadores mostra o Brasil na 43ª posição com 593,79 acidentados.

Na região da Associação dos Municípios da Foz do Rio Itajaí Açu - AMFRI, o mercado de trabalho para os profissionais do eixo tecnológico segurança é formado basicamente pelos setores de construção civil, imobiliário, hoteleiro, portuário, aeroviário, indústria química, transportes, ambiente hospitalar e mineração. Destaca-se que, qualificar os trabalhadores e colaboradores destes ambientes laborais em agentes de higiene e segurança do trabalho, contribuirá para disseminar uma cultura de prevenção e de promoção de saúde e qualidade de vida para esses trabalhadores.

Dentro deste contexto, o *Campus* Camboriú do IFC promove a oferta do curso de EJA integrado à Qualificação Profissional em Agente de Higiene e Segurança do Trabalho. Este curso está em acordo com a Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) sob o código 2543-10 - Agente de Higiene e Segurança, e deve contribuir na formação de profissionais que promovam o exercício da cidadania e da ética no ambiente de trabalho, vigilantes no cumprimento da legislação pertinente, e que possam administrar atividades em higiene e segurança do trabalho. Ressalta-se que a ética, a atenção a normas técnicas, a redação de documentos técnicos, o raciocínio lógico, além da capacidade de trabalhar em equipes com iniciativa, criatividade e sociabilidade, concretizam a política de formação profissionalizante da proposta para a Educação de Jovens e Adultos com Qualificação Profissional em Agente de Higiene e Segurança do Trabalho.

Considerando-se que a política de educação profissional e tecnológica vem adquirindo considerável importância para o desenvolvimento socioeconômico sustentável do país, a implantação desta qualificação profissional da EJA-EPT do IFC - *Campus* Camboriú, oferecerá uma formação contextualizada com a realidade produtiva local, gerando novo significado para formação em nível médio dos cidadãos interessados em exercer a prática profissional de Agente de Higiene e Segurança do Trabalho. Assim, esse curso será de grande valia não apenas para aqueles que almejam uma ocupação profissional, mas também para empresas que necessitam de um profissional que acompanhe as novas tendências tecnológicas, capazes de desenvolver práticas com competência, eficiência e habilidade.

3. Princípios Filosóficos e Pedagógicos da EJA-EPT

As concepções pedagógicas e filosóficas que embasam os cursos que articulam a Educação de Jovens e Adultos com a Educação Profissional e Tecnológica (EJA-EPT), estão dispostas na Resolução nº 44/2020 - CONSUPER que traz no Capítulo II, Artigo 2º, os seguintes princípios norteadores:

I – trabalho, como produção da condição humana, campo de aprendizagem e conhecimento;

II – articulação entre:

a) diferentes sujeitos sociais e suas formas organizativas;

b) teoria e prática;

c) educação básica e profissional;

d) fatos e seus contextos;

e) trabalho, ciência, tecnologia e cultura;

f) elementos curriculares;

g) ensino, extensão, pesquisa, inovação e gestão.

III – inclusão, como ação de reconhecimento, empoderamento e visibilidade da singularidade dos sujeitos sociais e suas identidades coletivas;

IV – emancipação, como construção e exercício da autonomia, liberdade, criticidade e autoridade dos sujeitos sociais;

V – coletividade, como garantia da legitimidade dos processos decisórios de planejamento e gestão democráticos;

VI – dialogicidade, como prática comunicativa e reflexiva entre os sujeitos, suas histórias de vida, seus saberes e o conhecimento científico e tecnológico;

VII – direitos humanos, como reconhecimento da diferença e dignidade inerentes a todos os sujeitos sociais que precisam ter seus direitos respeitados, defendidos e promovidos.

3.1 Objetivos do curso

3.1.1. Objetivo Geral

Promover o exercício da cidadania e a humanização dos sujeitos jovens e adultos, por meio da restauração do percurso formativo básico, do acesso à cultura, à educação científica e tecnológica e à qualificação profissional na área de segurança e da qualidade de vida no mundo do trabalho.

3.1.2. Objetivo Específicos

- Desenvolver o pensamento crítico, a autonomia e a capacidade reflexiva e argumentativa dos estudantes;
- Valorizar o conhecimento prévio dos sujeitos, tornando possível o diálogo dos conhecimentos científicos com a realidade e experiência dos estudantes;
- Possibilitar o domínio dos conteúdos teóricos e práticos presentes nos componentes curriculares;
- Promover o comportamento ético e cidadão, comprometido com a sustentabilidade, a solidariedade, e o respeito à diversidade humana e à biodiversidade;
- Capacitar o estudante para o desenvolvimento de competências na aplicação de conceitos nos processos administrativos e normativos referente à segurança e higiene do trabalho;
- Conhecer as ferramentas para a identificação de riscos reais e potenciais de acidentes, de ocorrências de sinistros e de fatores causadores de doenças ocupacionais;
- Instrumentalizar o profissional para o desenvolvimento de habilidades mentais e manuais, visando o controle dos riscos e seus efeitos nos ambientes laborais.

3.2 Requisitos e formas de acesso e ingresso

O acesso aos cursos EJA-EPT é permitido a todo(a) candidato(a) que tenha concluído o Ensino Fundamental e tenha, no mínimo, 18 anos completos no ato da matrícula. O curso é destinado a estudantes jovens e adultos que não finalizaram o ensino médio e que almejam concluir esta etapa da educação básica articulada a uma qualificação profissional.

O ingresso dos estudantes acontece por meio de edital específico publicado no *website* da instituição, anualmente. O edital de ingresso é de fluxo contínuo nos dois primeiros meses do curso, ou seja, após o período de conclusão das matrículas, o edital permanecerá aberto durante dois meses para os estudantes interessados preencherem as vagas remanescentes. Para os ingressantes que tiverem suas matrículas efetivadas no decorrer deste período adicional, será ofertado um programa de adaptações curriculares, de forma que os estudantes possam dar prosseguimento no curso sem prejuízos na sua aprendizagem. Em relação ao processo de seleção dos candidatos, este se dará por meio de sorteio quando constatada a existência de um número superior de inscritos em relação às vagas ofertadas.

3.3 Acompanhamento e monitoramento das ações de evasão, permanência e êxito

Nos cursos de EJA-EPT do IFC - *Campus Camboriú*, o Coordenador do curso, Coordenador Adjunto, Mediador, membros do colegiado, do NDB, NUPE, NAPNE e SISAE, atuarão em conjunto periodicamente no desenvolvimento de ações de acompanhamento e monitoramento dos estudantes jovens e adultos, com o objetivo de elaborar estratégias para mitigar a evasão e garantir a permanência e o êxito dos estudantes. As ações desenvolvidas para essas finalidades são:

I - Programa de acolhimento: planejar o acolhimento dos estudantes, de maneira a ambientá-los à instituição e, sobretudo, ao funcionamento do curso em que ingressam.

II - Atendimento aos estudantes: garantir e fortalecer programas de atendimento ao estudante, inclusive Atendimento Educacional Especializado (AEE), e acesso à informação, às oportunidades e recursos que favoreçam seu desempenho acadêmico.

III - Assembleias estudantis: promover uma Assembleia Estudantil por semestre, como forma de garantir um momento de escuta dos estudantes sobre dificuldades e necessidades presentes no processo de ensino e aprendizagem, bem como avaliar a dinâmica das aulas, a convivência entre os sujeitos e o desempenho individual e coletivo dos estudantes.

IV - Participação de Professor Mediador: acompanhar o processo ensino e aprendizagem dos alunos pelo Professor Mediador, que deve identificar e informar sobre as principais dificuldades encontradas pelos estudantes, ritmos de aprendizagem distintos, compartilhar experiências exitosas e contribuir, durante o planejamento coletivo, para que as seleções metodológicas dos professores contemplem as principais necessidades dos estudantes e das turmas.

V - Atualização do Registro Acadêmico: manter contatos mensais com o setor do Registro Acadêmico para acompanhar e atualizar os registros em virtude dos pedidos de cancelamento de matrículas e seus motivos, pelos estudantes.

VI - Revisão e planejamento curricular: revisar os currículos e projetos de curso periodicamente, buscando a construção de currículos significativos e integrados que privilegiem o melhor aproveitamento do curso por parte do corpo discente.

VII - Programa de recuperação paralela: acompanhar o programa de recuperação paralela, cujo objetivo maior é garantir que os estudantes que apresentem dificuldades consigam acompanhar e obter êxito em seus respectivos cursos.

VIII - Compartilhamento de experiências entre os *campi*: estimular o compartilhamento das informações entre os *campi*, tornando possível a troca de experiências, de dificuldades e de resultados obtidos.

IX - Formação docente: promover oportunidades de capacitação que contemplem aspectos pedagógicos capazes de impactar positivamente o processo de ensino-aprendizagem, sobretudo no

que concerne à melhora na realidade de retenção, como a adoção de metodologias adequadas para a modalidade de ensino da EJA-EPT.

X - Valorização docente: articular ações de identificação, sensibilização e promoção de condições específicas para docentes que atuam na EJA-EPT, como por exemplo a atribuição de carga horária adequada às especificidades da modalidade, atuação docente como mediador, promoção de monitorias específicas, espaço para EJA-EPT, dentre outras.

XI - Relatório anual sobre evasão: apresentar um relatório contendo um levantamento da taxa de evasão e seus principais fatores sociais, individuais e institucionais, a fim de mapear o perfil dos estudantes evadidos, as causas de evasão e retenção mais comuns dentro da realidade específica do curso da EJA-EPT.

3.4 Políticas de atendimento ao estudante

As ações de assistência estudantil são pautadas no Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010, que dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES). Seus objetivos são: democratizar as condições de permanência dos jovens na educação pública federal; minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais na permanência e conclusão da educação básica e superior; reduzir as taxas de retenção e evasão; e contribuir para a promoção da inclusão social pela educação. O PNAES é implementado de forma articulada com as atividades de ensino, pesquisa e extensão, visando o atendimento de estudantes regularmente matriculados, com ações de assistência estudantil nas áreas de moradia estudantil, alimentação, transporte, atenção à saúde, inclusão digital, cultura, esporte, creche, apoio pedagógico à estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades e superdotação. Por meio deste Programa, o IFC atende um grande número de estudantes, aos quais disponibiliza auxílio financeiro nas seguintes modalidades: Auxílio Moradia e Auxílio Permanência I e II.

O Programa de Auxílios Estudantis (PAE) do IFC tem por objetivo criar condições de acesso e aproveitamento pleno da formação acadêmica aos estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica, por meio da concessão de auxílios financeiros. O PAE destina-se prioritariamente a estudantes regularmente matriculados no IFC provenientes da rede pública de educação básica, ou beneficiários de bolsa integral em escola particular, com renda *per capita* de até um salário-mínimo e meio. Após o atendimento dos estudantes que se enquadram nestas situações, podem ser atendidos estudantes que comprovadamente encontram-se em vulnerabilidade socioeconômica, conforme análise e parecer dos assistentes sociais responsáveis.

Por meio deste Programa, o IFC atende um grande número de estudantes, aos quais disponibiliza auxílio financeiro com destinação de bolsas para estudantes em situação de

vulnerabilidade social. Assim, haverá edital específico para seleção dos estudantes em situação de vulnerabilidade social, sendo os valores e número de bolsas descritos no edital de seleção.

4. Organização didático-pedagógico

4.1 Perfil do Egresso

O egresso do curso de EJA integrado à Qualificação Profissional em Agente de Higiene e Segurança do Trabalho do IFC - *Campus* Camboriú, possui qualificação profissional integrada ao Ensino Médio, ou seja, formação geral, humanística e cultural integrada à formação científica, tecnológica e profissional. Pautado pelos princípios da democracia, da autonomia e da participação crítica e cidadã, o egresso estará capacitado a entender as relações próprias do mundo do trabalho, a problematização e contextualização do conhecimento em sua historicidade. Ademais, os sujeitos formados na EJA-EPT entendem a importância de aprimorar continuamente seus aprendizados a partir da convivência democrática com culturas, modos de ser e pontos de vista divergentes, promovendo assim, o respeito ao outro e aos direitos humanos, sem preconceitos de qualquer natureza. Desta forma, o egresso será formado para, em sua vida pessoal e atuação profissional, agir com autonomia e responsabilidade, tomando decisões com base em princípios éticos e de maneira solidária, inclusiva e sustentável.

No desempenho das habilidades profissionais relativas à área de Agente de Higiene e Segurança do Trabalho, na conclusão do conteúdo e das disciplinas, o egresso deverá manifestar as suas habilidades no desenvolvimento de atividades de higiene e segurança do trabalho, tais como: a) atividades específicas em áreas confinadas, acompanhando serviços como liberação de entrada e saída de trabalhadores; b) reconhecimento e controle de riscos ambientais e ocupacionais; c) manuseio de equipamentos e produtos pertinentes a segurança do trabalho; d) realizar medições com procedimentos estabelecidos visando a prevenção e proteção de trabalhadores e ainda, e) auxiliar a Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (CIPA), o Serviço Especializado em Engenharia de Segurança e Medicina do Trabalho (SESMT), a empresa enquanto designado, no cumprimento das normas regulamentadoras e da legislação vigente.

4.2 Organização curricular

De acordo com as diretrizes dos cursos de EJA-EPT do IFC, o currículo escolar é o processo constituído pelas experiências, atividades, objetivos, conteúdos, métodos, tempos, espaços, recursos

e pela diversidade e singularidade dos sujeitos. O currículo do curso de EJA integrado à Qualificação Profissional em Agente de Higiene e Segurança do Trabalho do IFC - *Campus Camboriú* está fundamentado:

I – na omnilateralidade;

II – na politecnia;

III – no trabalho como princípio educativo;

IV – na pesquisa como princípio pedagógico;

V – na integração entre as áreas do saber, visando a superação da fragmentação de conhecimentos e de segmentação da organização curricular, a partir de diferentes formas de colaboração interdisciplinar e integração;

VI – na integração curricular, baseada no diálogo permanente entre os conhecimentos da formação geral e profissional tendo o processo de trabalho, a ciência, a tecnologia e a cultura como eixos definidores dos conteúdos;

VII – na consecução dos princípios e finalidades da EJA-EPT definidos na resolução n.44/2020 CONSUPER;

VIII – no reconhecimento da experiência dos sujeitos na construção do conhecimento;

IX – na diversidade social, cultural e cognitiva dos jovens e adultos, do campo e da cidade;

X – na investigação sistemática das questões locais, na qual os métodos e problematizações interajam com o processo ensino aprendizagem e com a comunidade;

XI – na construção de um perfil profissional que articule a compreensão crítica do mundo do trabalho e sua transformação;

XII – na problematização e contextualização do conhecimento em sua historicidade, suas relações e contradições;

XIII – na interdisciplinaridade como um princípio e um método de reconstrução da totalidade entre os sujeitos, os saberes e os distintos recortes da realidade;

XIV – na representação pelos diferentes campos científicos, possibilitando assim a materialização do currículo integrado.

A organização curricular do curso segue os objetivos das áreas de conhecimento organizadoras da educação básica e da área da educação profissional, possibilitando aos estudantes uma leitura do mundo em todos os âmbitos e contextos. Ainda em acordo com as diretrizes da EJA-EPT do IFC, os seguintes temas serão abordados no curso:

I – crítica histórico-social do trabalho;

- II** – direitos do trabalho;
- III** – legislação do trabalho;
- IV** – sentido das lutas históricas no trabalho;
- V** – direitos humanos;
- VI** – conflitos sociais;
- VII** – movimentos sociais;
- VIII** – diversidade cultural;
- IX** – sustentabilidade.

Estes temas serão abordados de forma transversal nos componentes curriculares do curso e serão expressos nos planos de ensino e conteúdo programático das disciplinas. Desta forma, os conteúdos específicos de cada área do conhecimento deverão ser contextualizados pelos docentes e estudantes, garantindo historicidade crítica aos conteúdos, em diálogo com as contradições e impactos da forma social do trabalho e das transformações da sociedade contemporânea.

4.2.1 Integração e organicidade curricular

Para a superação da sobreposição e fragmentação do conhecimento de formação geral e profissional, o curso de EJA-EPT integrado à Qualificação Profissional em Agente de Higiene e Segurança do Trabalho, prevê a integração entre os conhecimentos propedêuticos e profissionalizantes, proporcionado pelas seguintes ações integradoras:

- I** - ordenamento e distribuição de conhecimentos integradores na matriz curricular do curso;
- II** - planejamento e acompanhamento didático e pedagógico interdisciplinar pelos professores;
- III** - desenvolvimento de atividades integradoras nas disciplinas de Processos de Aprendizagem I e II e Projeto Integrador;
- IV** - realização de eventos integradores previstos em calendário acadêmico institucional do curso;
- V** - acompanhamento do processo de ensino-aprendizagem do Professor Mediador.

A organização didática integrada prevê uma reunião de planejamento integrado no início do ano letivo e reuniões periódicas ao longo do ano para os docentes poderem planejar, acompanhar e avaliar as ações pedagógicas integradoras. As disciplinas que possuem conteúdos integradores no ementário permitem aos docentes planejar e executar aulas em conjunto. Essas atividades deverão constar no Plano de Ensino e podem contabilizar um total de até 15 horas da carga horária total das

disciplinas. Para a materialização do currículo integrado, o curso EJA-EPT contempla:

- I** – o trabalho coletivo;
- II** – o aprofundamento e a relação entre temas e conteúdos da formação básica e técnica;
- III** – a resolução de problemas científicos, do cotidiano e da sociedade;
- IV** – a pesquisa como princípio educativo.

O planejamento das atividades deve considerar o diagnóstico e as características dos sujeitos com a finalidade de atender aos diferentes níveis de conhecimento, os interesses e as múltiplas formas de aprendizagem dos estudantes jovens e adultos. As abordagens metodológicas do currículo integrado deve:

- I** – priorizar conteúdos que dialoguem com a realidade e o contexto dos educandos;
- II** – permitir a problematização, a divulgação, a ampliação e a implementação dos conhecimentos;
- III** – prever exercícios periódicos de sistematização, análise, reflexão e avaliação;
- IV** – privilegiar o trabalho com conceitos, eixos e temas integradores.

4.2.2 Curricularização da pesquisa e extensão

As ações de ensino, extensão, pesquisa e inovação devem possibilitar, especialmente a segmentos e setores tradicionalmente excluídos, a democratização do conhecimento científico e tecnológico e a valorização do conhecimento popular a fim de criar condições favoráveis à inserção e à permanência no trabalho, à geração de trabalho e renda, ao desenvolvimento humano, sustentável e ao exercício da cidadania.

As ações de extensão, pesquisa e inovação devem possibilitar ao estudante da EJA-EPT recorrer à abordagem própria das ciências, incluindo a investigação, a reflexão, a análise crítica, a imaginação e a criatividade, para investigar causas, elaborar e testar hipóteses, formular e resolver problemas e criar soluções, inclusive tecnológicas, com base nos conhecimentos das diferentes áreas para sua formação profissional-cidadã e para o bem da comunidade.

4.2.2.1 Projeto Integrador

O curso de EJA-EPT integrado à Qualificação Profissional em Agente de Higiene e Segurança do Trabalho deve promover o desenvolvimento de pesquisas escolares ao longo de todo o curso.

Porém, a materialização da construção de um projeto de pesquisa e extensão ocorre, de forma objetiva, no componente curricular denominado “Projeto Integrador”, o qual acontece ao longo de todo o segundo ano do curso e tem carga horária de 75 horas.

O objetivo desta disciplina é oportunizar ao aluno jovem e adulto a projeção e aplicação dos conhecimentos apreendidos nas disciplinas do Ensino Médio e da qualificação profissional, com fins a resolver problemas, anseios e/ou necessidades do cotidiano dos estudantes, promover projetos nas áreas em que os estudantes atuarão profissionalmente ou mesmo para buscar conhecer mais detalhadamente elementos da realidade natural e social.

O docente deste componente curricular contribuirá para facilitar o processo de construção dos projetos integradores, abordando os diferentes tipos de projetos de pesquisa e extensão, metodologias, redação de projetos, escrita de introdução, objetivos e desenvolvimento, criação de hipóteses, discussão e apresentação oral de resultados, levando em consideração as características e possibilidades dos alunos jovens e adultos.

Para contribuir com esse processo, após os alunos definirem seus temas de pesquisa, estes devem convidar um professor orientador para direcionar e acompanhar o desenvolvimento do projeto em relação à sua execução técnica-científica e específica a cada área do conhecimento. Caso os alunos não encontrem um professor disponível para a orientação, o professor do componente curricular indicará um nome.

O professor responsável pelo Projeto Integrador deverá registrar os projetos de pesquisa em edital específico de 'Cadastramento de Orientação de Iniciação Científica e Tecnológica', junto à Coordenação de Pesquisa e Inovação (CPI) do *Campus* Camboriú do IFC. Os professores orientadores poderão computar 01 (uma) hora de trabalho semanal por projeto para esta finalidade. Ao final do ano, o professor responsável irá indicar os projetos que foram finalizados e os não desenvolvidos.

As orientações dos projetos serão realizadas de forma presencial ou de forma virtual, na ocasião das aulas do Projeto Integrador ou em outro momento, fora do horário regular de aula, dependendo das possibilidades e necessidades dos estudantes e de seus orientadores. Ao orientador fica reservado o direito de desligar-se da orientação, nos casos em que os alunos não cumprirem as orientações estabelecidas. O desligamento da orientação deve ser formalizado ao professor da disciplina de Projeto Integrador, mediante justificativa por escrito. Nos casos em que o grupo de alunos considerar a orientação insatisfatória, poderão solicitar, por escrito e com as devidas fundamentações, a mediação do professor da disciplina.

Vale ressaltar que o resultado dos projetos integradores não será medido pelo desenvolvimento de uma pesquisa com rigor acadêmico, metodológico e estrutural, mas sim pela evolução do entendimento do aluno sobre o que é uma pesquisa acadêmica, possibilitando ao

estudante jovem e adulto a inserção no universo da pesquisa e da investigação técnico-científica e profissional.

4.2.3 Prática Profissional

A prática profissional compreende diferentes situações de vivência e aprendizagem em ambientes que permitam aos estudantes contextualizar o cotidiano da sua formação para o mundo do trabalho, aproximando-se da realidade do exercício profissional. A prática profissional será de caráter processual na construção do conhecimento, podendo ser desenvolvida de forma introdutória, paralela ou posterior aos conteúdos teórico-práticos e técnico-científicos trabalhados durante o curso, tratando-se de uma via de mão dupla onde teoria e prática se integram e se complementam.

A prática profissional prevista no curso de EJA-EPT integrado à Qualificação Profissional em Agente de Higiene e Segurança do Trabalho prevê no mínimo 60 (sessenta) horas de carga horária prática, e poderá ocorrer da seguinte forma:

I - Como parte de componente curricular em aulas práticas, oficinas, simulações, visitas técnicas e observações;

II - Como atividades de pesquisa, extensão e inovação, na disciplina de Projeto Integrador.

As práticas profissionais, como parte do componente curricular, são atividades que permeiam a matriz curricular, onde será possível relacionar os aspectos teóricos e práticos na construção do conhecimento. No curso de EJA integrado à Qualificação Profissional em Agente de Higiene e Segurança do Trabalho, essas práticas podem desenvolver-se como:

I - Aulas Práticas: atividades executadas nos componentes curriculares na forma de ações práticas, oportunizando aos estudantes observar, testar e comprovar os conhecimentos.

II - Oficinas: atividades práticas propostas dentro de componentes curriculares, programas, projetos e ações de ensino, pesquisa e extensão, promovendo a troca de conhecimentos entre os envolvidos e capacitação, ou seja, é uma atividade com etapas de início, meio e fim. As oficinas poderão ocorrer na forma de realização de experimentos nos quais os discentes vivenciam na prática atividades relacionadas ao exercício da profissão; por meio de minicursos e/ou workshops onde os participantes desenvolvam atividades práticas, melhorando as habilidades e competências do profissional; através de dinâmicas orientadas pelos docentes e técnicos administrativos, quando for o caso.

III - Visitas Técnicas: atividade didático-pedagógica supervisionada que tem por objetivo: proporcionar a interação dos discentes do IFC com o mundo do trabalho, processos e serviços *in loco*; propiciar o aprimoramento da formação profissional e pessoal; promover a ampliação do

conhecimento de mundo; oportunizar o contato dos discentes com outros espaços de aprendizagem. É considerada visita técnica: visita a instituições públicas ou privadas; visita a empresas ou institutos de pesquisa, de serviços ou produção; visita a propriedades rurais ou locais públicos; participação de grupo de discentes em feira, congresso, seminário ou eventos similares.

IV - Simulações: as simulações são atividades que permitem vivenciar situações e problemas reais da atividade profissional. As simulações permitem experiências educativas e proporcionam aos estudantes, oportunidades para repetição, reconhecimento de padrões, tomada de decisão, gerenciamento de crises, flexibilidade, uso do conhecimento factual, pensamento crítico, interação com a equipe, tempo resposta, habilidades de comunicação, planejamento, estratégia, decisões múltiplas e colaboração.

As atividades de prática profissional descritas acima podem acontecer em qualquer componente curricular do curso, porém a carga horária mínima de práticas profissionais está alocada em disciplinas relativas ao eixo de Qualificação Profissional em Agente de Higiene e Segurança do Trabalho, nas seguintes disciplinas: Segurança do Trabalho; Primeiros Socorros; Desenho Técnico; Higiene do Trabalho; Prevenção e Controle de Incêndios, conforme mostra o Quadro 1 exposto a seguir:

Quadro 1 - Práticas Profissionais

Disciplinas	Carga Horária da Disciplina	Carga Horária Prática Profissional	Conteúdo
Segurança do Trabalho	30 horas	02 horas	Diálogo Diário de Segurança (DDS).
Primeiros Socorros	60 horas	40 horas	Biossegurança. Abordagem Primária da Vítima. Manejo de Vias Aéreas: desobstrução e reanimação respiratória. Reanimação Cardiopulmonar: desfibrilação externa automática (AED/DESA). Estado de Choque. Hemorragias. Trauma e Imobilização. Remoção de Vítimas: manipulação e transporte de vítimas. Emergências Clínicas: cardiovasculares e respiratórias.
Higiene do Trabalho	45 horas	10 horas	Uso e calibração de equipamento para avaliação do ruído, calor e iluminação. Instrução técnica sobre o uso de Equipamentos de Proteção Individual.
			Fenomenologia da Combustão: classes de incêndio. Métodos de Extinção: características

Prevenção e Controle de Incêndios	15 horas	05 horas	e aplicabilidade dos agentes extintores. Sistemas de Prevenção e Combate a Incêndios: aparelhos extintores.
Desenho Técnico	30 horas	03 horas	Elaboração de Mapa de Riscos: aplicação dos conteúdos de segurança e higiene do trabalho na representação gráfica do mapa de risco.
TOTAL		60 horas	

4.2.3.1 Estágio profissional supervisionado não obrigatório

O estágio profissional supervisionado não obrigatório é uma prática profissional em situação real de trabalho e assumida como ato educativo no IFC. É realizado em empresas e outras organizações públicas e privadas, à luz da legislação vigente e conforme diretrizes específicas editadas pelo Conselho Nacional de Educação.

Durante o estágio não obrigatório, o aluno terá a oportunidade de aplicar os conhecimentos adquiridos durante o curso e aprimorar as experiências curriculares com base nas vivências profissionais e relações socioculturais, assim como poderá incorporar novos saberes, habilidades e competências, importantes na formação do futuro profissional. Caso o estudante decida realizar esta atividade, deverá cumprir, no mínimo, 120 (cento e vinte) horas de estágio e deverá ter, obrigatoriamente:

I - Orientador do Estágio Curricular Supervisionado não obrigatório: um docente do IFC da área a ser desenvolvida no estágio, deverá ficar responsável pelo acompanhamento didático-pedagógico do estudante durante a realização dessa atividade.

II - Supervisor de campo: um profissional lotado na unidade de realização do Estágio Curricular Supervisionado não obrigatório com formação ou experiência profissional na área de conhecimento do curso do estagiário, responsável neste local pelo acompanhamento do estudante durante o desenvolvimento dessa atividade.

As atividades de Estágio Curricular Supervisionado não obrigatório, observada a Lei Nº 11.788 de 25 de setembro de 2008, serão definidas e normatizadas por um Regimento Geral de Estágios do IFC, aprovado pelo Conselho Superior, pela Resolução nº 010/2021 – Organização Didática dos Cursos do IFC, pelo Manual de Normas e Procedimentos Acadêmicos do IFC e pelo Regulamento de Estágios de cada curso de Educação Profissional Técnica de Nível Médio. O estágio não poderá ultrapassar 6 (seis) horas diárias e 30 (trinta) horas semanais. Os documentos e os procedimentos referidos ao estágio não obrigatório, devem respeitar os trâmites divulgados pela Coordenação de Extensão, de Estágios e de Egressos do *campus*.

Ao final de suas atividades de estágio, o aluno deverá elaborar e entregar um relatório contendo as atividades desenvolvidas durante esse período, incluindo aspectos técnicos e relações interpessoais observadas e vivenciadas. Devido ao caráter dinâmico peculiar dessas atividades não obrigatórias, os prazos e normas referentes à sua realização, orientação, supervisão, bem como aos procedimentos que disciplinam a apresentação do Relatório, serão estabelecidos em regulamentações próprias vigentes. O estágio não obrigatório não contará no cômputo das horas destinadas à prática profissional.

4.2.4 Língua Estrangeira

A oferta da disciplina de Língua Estrangeira será organizada através de um trabalho integrado entre os(as) docentes de Língua Estrangeira Inglês e de Língua Estrangeira Espanhol. Os docentes responsáveis pelo ensino das duas línguas estrangeiras deverão realizar um trabalho integrado e interdisciplinar, ministrando de forma conjunta a carga horária total de 75 horas do componente curricular - Língua Estrangeira. O objetivo é oportunizar ao estudante jovem e adulto, o conhecimento básico de duas línguas estrangeiras, a saber, o Inglês, como língua estrangeira curricular obrigatória (em acordo com a LDB/1996 e sua atualização pela Lei nº 13.415/2017), e adicionalmente o Espanhol.

4.2.5 Processos de Aprendizagem I e II

As disciplinas de Processos de Aprendizagem I e II desenvolvem hábitos e técnicas de estudos, de leitura, abordam conhecimentos sobre buscas e sistematizações bibliográficas, auxiliam os estudantes na produção de trabalhos escolares, bem como intervêm em relação às principais dificuldades dos estudantes no que se refere às operações de pensamento sistematizadas por Anastasiou (2003): comparação, resumo, observação, classificação, interpretação, crítica, busca de suposições, imaginação, obtenção e organização dos dados, levantamento de hipóteses, aplicação de fatos e princípios a novas situações, decisão e planejamento de projetos e pesquisa. No Quadro 2, exposto a seguir, estão listadas as operações de pensamento relacionadas por Anastasiou (2003):

Quadro 2 – Operações de Pensamento

Operação de pensamento	Conceito/Relações
------------------------	-------------------

Comparação	Examinar dois ou mais objetos ou processos com intenção de identificar relações mútuas, pontos de acordo e desacordo. Supera a simples recordação, enquanto ação de maior envolvimento do aluno.
Resumo	Apresentar de forma condensada da substância do que foi apreciado. Pode ser combinado com a comparação.
Observação	Prestar atenção em algo, anotando cuidadosamente. Examinar minuciosamente, olhar com atenção, estudar. Sob a ideia de observar existe o procurar, identificar, notar e perceber. É uma forma de descobrir informação. Compartilhada, amplia o processo discriminativo. Exigem objetivos definidos, podendo ser anotadas, esquematizadas, resumidas e comparadas.
Classificação	Colocar em grupos, conforme princípios, dando ordem a existência. Exige análise e síntese, por conclusões próprias.
Interpretação	Processo de atribuir ou negar sentido à experiência, exigindo argumentação para defender o ponto proposto. Exige respeito aos dados e atribuição de importância, causalidade, validade e representatividade. Pode levar a uma descrição inicial para depois haver uma interpretação do significado percebido.
Crítica	Efetivar julgamento, análise e avaliação, realizando o exame crítico das qualidades, defeitos, limitações. Segue referência a um padrão ou critério.
Busca de Suposições	Supor é aceitar algo sem discussão, podendo ser verdadeiro ou falso. Temos que supor sem confirmação nos fatos. Após exame cuidadoso, pode-se verificar quais as suposições decisivas, o que exige discriminação.
Imaginação	Imaginar é ter alguma idéia sobre algo que não está presente, percebendo mentalmente o que não foi totalmente percebido. É uma forma de criatividade, liberta dos fatos e da realidade. Vai além da realidade, dos fatos e da experiência. Socializar o imaginado introduz flexibilidade às formas de pensamento.
Obtenção e organização dos dados	Obter e organizar dados são a base de um trabalho independente; exige objetivos claros, análise de pistas, plano de ação, definição de tarefas-chaves, definição e seleção de respostas e de tratamento das mesmas, organização e apresentação do material coletado. Requer identificação, comparação, análise, síntese, resumo, observação, classificação, interpretação, crítica, suposições, imaginação, entre outros.
Levantamento de Hipóteses	Propor algo apresentado como possível solução para um problema. Forma de fazer algo, esforço para explicar como algo atua, sendo guia para tentar solução de um problema. Proposição provisória ou palpite com verificação intelectual e inicial da ideia. As hipóteses constituem interessante desafio ao pensar do aluno.
Aplicação de fatos e princípios a novas situações	Solucionar problemas e desafios, aplicando aprendizados anteriores, usando a capacidade de transferências, aplicações e generalizações ao problema novo.
Decisão	Agir a partir de valores aceitos e adotados na escolha, possibilitando a análise e consciência dos mesmos. A escolha é facilitada quando há comparação, observação, imaginação e ajuizamento, por exemplo.
Planejamento de projetos e pesquisas	Projetar é lançar ideias, intenções, utilizando-se de esquema preliminar, plano, grupo, definição de tarefas, etapas, divisão e integração de trabalho, questão ou problema, identificação das questões norteadoras, definição de abrangência, de

	fontes, definição de instrumentos de coleta dos dados, validação de dados e respostas, etapas e cronograma . Requer assim, identificação, comparação, resumo, observação, interpretação, busca de suposições, aplicação de princípios, decisão, imaginação e crítica.
--	---

Fonte: ANASTASIOU (2003, p. 55-82)

Para realização dos Processos de Aprendizagem I e II, o professor responsável por essas disciplinas deve privilegiar o trabalho com os temas transversais de aprendizagem presentes na organização curricular dos cursos de EJA-EPT do IFC (tópico 4.2), bem como temáticas sugeridas nos planejamentos docentes e pelos próprios estudantes. A partir de alguns destes eixos de referência, o professor elencará subtemas para o desenvolvimento das atividades, como por exemplo: modos de produção, regionalização, o homem como ser histórico e social, comunicação, língua e linguagem, gêneros discursivos e textuais, cidadania, arte, cultura, política, ciência e tecnologia, gênero e diversidade, globalização, entre outros temas fundamentais que insurgem na vida contemporânea. Ao tratar desses temas, o professor das referidas disciplinas deve contribuir para fortalecer a reflexão crítica em relação ao senso comum, desenvolvendo a alfabetização científica e tecnológica para a formação de cidadãos críticos e contributivos para a sociedade.

Desta forma, as disciplinas de Processos de Aprendizagem I e II ganham centralidade no processo de integração do curso, promovendo a interligação entre os conhecimentos, seja pela abordagem pedagógica marcada pela construção de elos e significados entre os alunos jovens e adultos, a escola, e a aprendizagem. Neste sentido, o professor de Processos de Aprendizagem I e II assumirá uma abordagem de trabalho dialógica, valorizando os saberes prévios dos estudantes jovens e adultos, suas experiências de vida e suas aspirações com o retorno à escola.

4.2.6 Mediação

O curso de EJA integrado à Qualificação Profissional em Agente de Higiene e Segurança do Trabalho incorporou na sua metodologia de trabalho a figura do Professor Mediador, o qual tem como objetivos:

- I** - Acompanhar, no mínimo, 4 (quatro) aulas por turma, nas diferentes disciplinas do curso;
- II** - Mediar a relação entre alunos e aluno-professor-conhecimento, cabendo-lhe a intervenção quando necessária;
- III** - Promover a integração, destacando pontos de aproximação e interligação entre as disciplinas;
- IV** - Identificar e informar sobre as principais dificuldades encontradas pelos estudantes e turmas;

- V** - Contribuir para que as seleções metodológicas dos professores contemplem as principais necessidades dos estudantes e das turmas;
- VI** - Acompanhar o processo de ensino-aprendizagem e discutir com os docentes estratégias para superação de dificuldades;
- VII** - Conhecer a trajetória de vida e percurso educacional dos estudantes, socializando informações necessárias para que os professores possam adaptar suas estratégias de ensino aos sujeitos da EJA;
- VIII** - Desenvolver estratégias para garantir a permanência e o êxito educacional dos estudantes.

O Professor Mediador é um profissional especializado em Educação de Jovens e Adultos, responsável por atuar em conjunto com os demais professores das disciplinas, com vistas à condução de um trabalho integrado. Concretamente, o Professor Mediador acompanha, no mínimo, 4 (quatro) aulas por turma, podendo transitar por variadas disciplinas e turmas dentro desta carga horária. É importante destacar que o planejamento coletivo garantirá ao Professor Mediador condições para atuar em conjunto com os professores das disciplinas, promovendo intervenções em sala de aula que destaquem os pontos de aproximação entre as disciplinas.

É necessário que o Professor Mediador tenha conhecimento sobre metodologias de aprendizagem, podendo assim identificar e informar sobre as principais dificuldades encontradas pelos estudantes, ritmos de aprendizagem distintos, compartilhar experiências exitosas e contribuir, durante o planejamento coletivo, para que as seleções metodológicas dos professores contemplem as principais necessidades dos estudantes e das turmas.

Com um papel importante na integração pedagógica dos diferentes componentes curriculares, este professor deve mediar a relação professor-aluno-conhecimento, cabendo-lhe a intervenção quando necessária. Essa intervenção deve ser ora coletiva, ora individualizada, considerando as diferenças dos estudantes, disciplinas e docentes. Desta forma, os professores das diferentes áreas do conhecimento estarão articulados com este profissional mediador no dia-a-dia do espaço de sala de aula e laboratórios, garantindo os aprofundamentos necessários dos conteúdos estruturantes propostos por estes docentes.

Adicionalmente, o Professor Mediador, durante as aulas, faz uso de anotações sobre as produções dos/das estudantes, podendo desenvolver relatórios descritivos de desempenho individual, entre outros, para obter elementos que visem ao acompanhamento do processo ensino-aprendizagem, discutindo-os com os docentes dos componentes curriculares e, caso necessário, em conjunto, proporem estratégias visando à superação de dificuldades encontradas. Assim, a presença do Professor Mediador permite o reconhecimento das trajetórias de vida (escolar/profissional) dos educandos, e socializa as informações com o grupo de professores que atuam na EJA-EPT, para que estes possam conhecer a trajetória de vida de cada jovem e adulto com os quais irão trabalhar,

podendo melhor adaptar a proposta pedagógica à realidade dos estudantes. O trabalho do professor como mediador visa, além do desenvolvimento do vínculo de afetividade, facilitar as relações entre as diferentes áreas do conhecimento e as interligações entre os conteúdos.

Outrossim, é válido destacar que o Professor Mediador, pelo próprio tempo que passa com cada turma de mediação, acaba por constituir laços afetivos que impactam na constituição de vínculos entre o estudante e a instituição e que, por consequência, poderá minimizar a evasão. Sobre esta última questão, há que se considerar que os estudantes dos cursos EJA-EPT apresentam histórias de descontinuidades e insucessos dentro do sistema educacional e, desta forma, constituem um público delicado no que se refere à evasão escolar. Sendo assim, é fundamental que o Professor Mediador (e claro, todo o corpo docente) dedique-se a compreender os percursos educacionais vivenciados pelos estudantes antes do ingresso no curso EJA-EPT, e que tenha uma escuta apurada em relação aos motivos que causaram interrupções precoces, para então, garantir que situações semelhantes não se repitam ou que sejam conduzidas diferenciadamente para o sucesso educacional de todos os estudantes. O Professor Mediador estará disponível aos estudantes em horários de atendimento e o terão como referência de suporte, ao lado dos coordenadores, para sanar eventuais dúvidas ou dificuldades que venham ter durante o curso.

4.2.7 Organização dos tempos e espaços

O curso de EJA integrado à Qualificação Profissional em Agente de Higiene e Segurança do Trabalho é um curso presencial, com 20% de sua carga horária destinada ao Ensino Médio, realizada em atividades de Ensino à Distância (EaD). O curso é ofertado em regime seriado anual, com duração de dois anos, podendo ser integralizado em até três anos. Cada ano é dividido em dois semestres letivos, sendo que o aluno só poderá ingressar no segundo ano do curso com a devida aprovação (média final igual ou superior a 6,0) em todos os componentes curriculares do primeiro ano. A carga horária do curso é de 1200 horas de Ensino Médio e 240 horas de Qualificação Profissional em Agente de Higiene e Segurança do Trabalho, totalizando 1440 horas. O curso acontece no período noturno das 19:00 horas às 22h35min, nos espaços das salas de aula e laboratórios do IFC - *Campus Camboriú*.

4.2.8 Atividades de Ensino a Distância (EaD)

O curso de EJA-EPT integrado à Qualificação Profissional em Agente de Higiene e Segurança do Trabalho é um curso presencial de 1440 horas. Das 1200 horas destinadas ao Ensino Médio, 240

horas (20%) são realizadas na modalidade de Ensino a Distância - EaD. Estas horas em EaD são distribuídas igualmente entre os componentes curriculares do Ensino Médio, totalizando 15 horas anuais para cada disciplina do eixo propedêutico. Conforme a Organização Didática dos Cursos do IFC (Resolução nº 10/2021), entende-se por Ensino a Distância (EaD) a modalidade ou metodologia educacional na qual a mediação nos processos de ensino e aprendizagem ocorre com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação, com estudantes e docentes desenvolvendo atividades educativas em lugares ou tempos diversos.

O docente de cada componente curricular do Ensino Médio que possui horas em EaD deve informar aos estudantes no início de cada ano letivo, bem como em seu Plano de Ensino, a organização das 15 horas de atividades que serão disponibilizadas em EaD, como por exemplo: forma de disponibilização das atividades e interação, metodologia e recursos utilizados, objetivos, cronograma, critérios de avaliação e momentos de atendimento ao discente.

As horas de atividades em EaD serão realizadas de forma assíncrona, em atividades desenvolvidas pelo estudante sem horário determinado, como por exemplo, efetuar leituras, assistir a vídeos gravados, acessar objetos de aprendizagem, participar de fóruns de discussão, efetuar pesquisas, exercícios etc.. O registro das atividades em EaD deve ser feito no diário de turma, com base no planejamento estabelecido para cada componente curricular. A frequência do estudante é registrada com a realização das atividades assíncronas disponibilizadas.

De acordo com a Organização Didática dos cursos do IFC (Resolução nº 10/2021), os cursos de EJA integrados à Qualificação Profissional, não são condicionados a utilização do AVA - Ambiente Virtual de Aprendizagem, podendo as atividades em EaD serem disponibilizadas em material digital ou impresso. Os professores que optarem pela utilização do AVA para disponibilizar os materiais de estudo e conteúdos, devem prever, em seu Plano de Ensino, os materiais, recursos e tecnologias apropriadas que permitam desenvolver a cooperação e a mediação entre estudantes e docentes, a reflexão sobre os conteúdos, e a acessibilidade metodológica, instrumental e comunicacional. Vale ressaltar que, pelas características e especificidades dos sujeitos da EJA, o docente deve priorizar ambientes virtuais de aprendizagem que não impliquem dificuldades ou empecilhos de acesso e operacionalização pelos estudantes.

Dado que as horas em EaD são distribuídas em 16 (dezesesseis) componentes curriculares, para evitar que o corpo docente estabeleça inúmeros e diversos instrumentos ou ferramentas tecnológicas para a realização dessas atividades, o colegiado deverá eleger, antes do início do ano letivo, as plataformas disponíveis para a realização de EaD nos cursos de EJA-EPT, podendo ser elas: *google classroom*, *youtube*, *google meet*, entre outras. O colegiado deverá privilegiar plataformas de fácil acesso e operacionalização pelos estudantes, principalmente aquelas que podem ser acessadas facilmente por celular *smartphone*. Para os alunos, será disponibilizado o Laboratório de Informática

em horário agendado, para garantir o acesso à rede de computadores no *campus*, além dos computadores disponíveis na biblioteca que podem ser utilizados conforme dias e horários de funcionamento da mesma.

A Equipe Multidisciplinar, também denominada de Núcleo de Educação à Distância (NEaD) do *campus*, constituída por profissionais de diferentes áreas do conhecimento e instituída por portaria, é responsável pelo acompanhamento técnico-pedagógico da EaD, com plano de ação documentado e processos de trabalho formalizados, nos componentes curriculares que preveem EaD.

As atividades de docência na EaD compreendem a mediação pedagógica, inclusive em momentos presenciais, a seleção e produção do conteúdo, recursos e materiais didáticos. A mediação pedagógica na EaD define-se pela atuação docente no processo de ensino a distância, esclarecendo dúvidas, promovendo espaços de construção colaborativa do conhecimento, participando de processos avaliativos, orientando e corrigindo atividades, entre outras. Nas atividades de mediação, os conteúdos, recursos e materiais didáticos devem ser avaliados periodicamente pelos estudantes e equipe multidisciplinar, embasando ações de aperfeiçoamento para o planejamento de atividades futuras.

A infraestrutura estabelecida e disponível para os estudantes e docentes deve prever suporte tecnológico, científico e instrumental aos componentes curriculares que possuem horas em EaD, como computadores para acesso ao AVA e laboratórios de informática. A oferta de atividades EaD visa diminuir a evasão dos discentes, pois permite a flexibilização do currículo e a realização de atividades no ambiente virtual no tempo e em espaço definido pelo aluno.

4.2.9 Aproveitamento de estudos

O estudante que demonstrar a qualquer tempo aproveitamento no curso de EJA-EPT, fará jus à obtenção da correspondente certificação, com validade nacional, tanto para fins de habilitação na respectiva área profissional, quanto para atestar a conclusão do Ensino Médio, possibilitando o prosseguimento de estudos em nível superior.

O curso de EJA integrado à Qualificação Profissional em Agente de Higiene e Segurança do Trabalho prevê o reconhecimento de conhecimentos e habilidades obtidas em processos formativos formais, não-formais e informais dos estudantes, o qual poderá ser realizado respeitando as seguintes condições:

I - Validação de componentes curriculares do Ensino Médio pela comprovação de aproveitamento na avaliação do Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos - ENCCEJA,

mediante apresentação de documentação comprobatória para o Registro Acadêmico e Cadastro Institucional (RACI) do IFC dentro do prazo estipulado em calendário acadêmico;

II - Aproveitamento de Estudos: os estudos realizados por estudantes em outras instituições de ensino nacionais ou estrangeiras ou em outros cursos do IFC são passíveis de aproveitamento. O aproveitamento de componentes curriculares somente se dará entre componentes curriculares cursados no mesmo nível de ensino. Além disso, o aproveitamento de estudos deve originar-se de cursos legalmente reconhecidos ou autorizados para que se proceda o aproveitamento. O requerimento do interessado, com a solicitação do aproveitamento de estudos, deve ser protocolado na RACI e instruído com:

- (i) Histórico escolar original, no qual constem os componentes curriculares cursados com suas respectivas cargas horárias, frequência e resultados obtidos;
- (ii) Programa dos componentes curriculares, contendo ementário cursados com aprovação;
- (iii) Documento comprobatório de autorização ou reconhecimento do curso, quando realizado no Brasil. Quando se tratar de documento oriundo de instituição estrangeira, é obrigatória a tradução.

Os componentes curriculares devem ser registrados com código e carga horária dos seus correspondentes no IFC, com a menção de que foram aproveitados, sendo atribuídas nota, frequência e período letivo do deferimento. O pedido de aproveitamento de estudos é encaminhado ao coordenador do curso, que solicitará parecer do docente do componente curricular e submeterá à homologação do colegiado de curso. O docente e colegiado de curso devem analisar se o programa do componente curricular cursado na instituição de origem atende os objetivos da ementa e 75% (setenta e cinco por cento) da carga horária do componente a ser aproveitado. É permitida a combinação de mais de um componente curricular cursado na instituição de origem, ou de partes deles, para atender as condições de aproveitamento, sendo registrado no histórico escolar do estudante o resultado da média aritmética dos componentes aproveitados. Os componentes curriculares cursados no IFC que possuem equivalência registrada neste PPC, são aproveitados automaticamente de acordo com as informações constantes no sistema oficial de registro e controle acadêmico. Para estudos realizados no próprio IFC, quando os componentes curriculares não possuem equivalências previstas no PPC do curso, o estudante pode solicitar aproveitamento ao coordenador de curso, de acordo com os prazos estabelecidos em calendário acadêmico.

III - Avaliação de Extraordinário Saber: a Avaliação do Extraordinário Saber é um instrumento de flexibilização curricular, que permite aos discentes a dispensa de cursar um ou mais componentes curriculares do curso EJA-EPT.

Constitui a Avaliação do Extraordinário Saber:

- (i) A utilização de experiências vivenciadas pelo estudante fora da instituição, anterior à matrícula ou no decorrer do curso, que o tenham levado à apropriação de conhecimentos e ao desenvolvimento de habilidades e,
- (ii) A demonstração, por parte do estudante com elevado desempenho intelectual e/ou com altas habilidades, de profundo conhecimento do componente curricular do curso em que está matriculado.

São requisitos e condições para a solicitação da Avaliação de Extraordinário Saber:

- (i) Requerer a Avaliação do Extraordinário Saber de componentes curriculares do curso no período letivo vigente, de acordo com o prazo expresso no calendário acadêmico.
- (ii) É vedada a solicitação da Avaliação do Extraordinário Saber em componentes curriculares nos quais tenha sido reprovado, seja por frequência ou nota.
- (iii) A Avaliação do Extraordinário Saber em cada componente curricular é concedida ao estudante apenas uma vez.
- (iv) Não é concedido o direito à realização da Avaliação do Extraordinário Saber nos componentes curriculares de Projeto Integrador e Processos de Aprendizagem I e II.

Os procedimentos para obtenção do Reconhecimento de Extraordinário Saber são:

- (i) Encaminhar requerimento ao Coordenador do Curso, protocolando junto ao RACI, de acordo com o calendário acadêmico, justificando que possui os conhecimentos necessários para a solicitação de Avaliação de Extraordinário Saber.
- (ii) A RACI encaminhará o requerimento para análise da Coordenação de Curso que decidirá pelo deferimento ou indeferimento das solicitações em até 5 (cinco) dias úteis.
- (iii) Em caso de requerimento deferido, a Banca Examinadora será designada pelo Diretor Geral por meio de Portaria ou instância equivalente, por solicitação da Coordenação de Curso, e composta por 01 (um) membro da equipe pedagógica indicada pela DEPE e por 2 (dois) docentes de área correlata.

Cabe à Banca Examinadora:

- (i) Estabelecer o programa da avaliação oral, prática ou escrita do desempenho, contendo conteúdos programáticos e referências bibliográficas básicas, devendo a avaliação ocorrer em até 30 (trinta) dias após o deferimento;
- (ii) Definir as características e a duração das avaliações do estudante;
- (iii) Definir critérios de avaliação oral, prática ou escrita do desempenho do estudante;
- (iv) Elaborar e aplicar a avaliação oral, prática ou escrita e avaliar o desempenho do discente, atribuindo-lhe uma nota na escala de 0,0 (zero) a 10,0 (dez);
- (v) Solicitar documentos comprobatórios de experiência prática, quando as atividades previstas na disciplina oferecerem riscos de segurança para o estudante e membros da banca;
- (vi) Lavrar ata final do exame do desempenho extraordinário, onde constará a média aritmética das etapas avaliativas, nome do estudante e identificação do componente curricular, encaminhando-a

juntamente com a avaliação corrigida, devidamente assinada por seus integrantes, à RACI, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis após o resultado. A banca examinadora comunicará à Coordenação de Curso o resultado da avaliação;

(vii) A banca examinadora, ao definir o programa e a abrangência da avaliação de desempenho a ser aplicada, tomará como referência o estabelecido nos programas dos componentes curriculares nos quais o discente busca dispensa;

(viii) Caso haja mais de uma solicitação para o mesmo componente curricular a avaliação deve ocorrer de forma conjunta.

(ix) Na Avaliação do Extraordinário Saber a nota mínima para aprovação é definida de acordo com o sistema de avaliação do curso.

4.3 Matriz Curricular

MATRIZ CURRICULAR – EJA-EPT						
AGENTE DE HIGIENE E SEGURANÇA DO TRABALHO						
Componentes Curriculares	Carga Horária/Período					Carga Horária/ Disciplina
	1º ANO		2º ANO			
	1º Semestre	2º Semestre	3º Semestre	4º Semestre	EaD	
Língua Portuguesa I	30h	30h	-----	-----	15h	75h
Língua Portuguesa II	-----	-----	30h	30h	15h	75h
Língua Estrangeira Inglês/Espanhol	30h	30h	-----	-----	15h	75h
Artes	-----	-----	30h	30h	15h	75h
História	-----	-----	30h	30h	15h	75h
Geografia	-----	-----	30h	30h	15h	75h
Filosofia	30h	30h	-----	-----	15h	75h
Sociologia	-----	-----	30h	30h	15h	75h
Física	30h	30h	-----	-----	15h	75h
Química	30h	30h	-----	-----	15h	75h
Biologia	30h	30h	-----	-----	15h	75h

Matemática I	30h	30h	-----	-----	15h	75h
Matemática II	-----	-----	30h	30h	15h	75h
Processos de aprendizagem I	30h	30h	-----	-----	15h	75h
Processos de aprendizagem II	-----	-----	30h	30h	15h	75h
Projeto Integrador	-----	-----	30h	30h	15h	75h
Total - Ensino Médio	240h	240h	240h	240h	240h	1200h
Informática Básica	30h	-----	-----	-----	-----	30h
Segurança do Trabalho	30h	-----	-----	-----	-----	30h
Primeiros Socorros	-----	60h	-----	-----	-----	60h
Administração Geral	-----	-----	30h	-----	-----	30h
Desenho Técnico	-----	-----	30h	-----	-----	30h
Higiene do Trabalho	-----	-----	-----	45h	-----	45h
Prevenção e Controle de Incêndios	-----	-----	-----	15h	-----	15h
Total - Qualificação Profissional	60h	60h	60h	60h	-----	240h
TOTAL DO CURSO	300h	300h	300h	300h	240h	1440h

4.4 Ementário

Língua Portuguesa I	Carga horária: 75 horas
Ementa: Gêneros textuais como atividades sócio-discursivas. Variação Linguística. Preconceito Linguístico. Formação do leitor literário: a literatura como manifestação cultural da sociedade brasileira e arte da palavra. Habilidades de leitura: reconstrução do sentido, de inferenciação, de pressupostos, subentendidos e de intertextualidade. Noções de pontuação e seu efeito de sentido. Ortografia. Produção textual: noções básicas de escrita.	
Bibliografia básica:	

BAGNO, M. Preconceito Linguístico. São Paulo: Parábola Editorial, 2015. MARCUSCHI, L. A. Produção textual, análise de gêneros e compreensão. 3. ed. São Paulo: Parábola, 2009. SACCONI, Luiz Antonio. Nossa gramática completa: Teoria e prática. 31. ed. São Paulo: Matrix, 2020. TERRA, E. Linguagem, língua e fala. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2018. (e-book)
Bibliografia complementar: COSTA, S. R. Dicionário de gêneros textuais. São Paulo: Autêntica Editora, 2008. (e-book) FIORIN, J. L. Argumentação. São Paulo: Editora Contexto, 2015. (e-book) KOCH, I. G. V.; ELIAS, V. M. Ler e Escrever: estratégias de produção textual. 2. ed. São Paulo: Editora Contexto, 2010. (e-book) KÖCHE, V. S. Leitura e produção textual. 6. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2014. (e-book) KÖCHE, V. S.; BOFF, O. M. B.; PAVANI, C. F. Prática textual: atividades de leitura e escrita. 11. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2015. (e-book) MOLLICA, M. C.; BRAGA, M. L. (orgs.). Introdução à Sociolinguística: o tratamento da variação. 4. ed. São Paulo: Editora Contexto, 2010. (e-book) KO, R. M.; FREITAG, C. G. S. (orgs.) Mulheres, Linguagem e Poder: Estudos de Gênero na Sociolinguística Brasileira. São Paulo: Editora Blucher, 2015. (e-book)
Conteúdos integradores: Língua Portuguesa I e Processos de Aprendizagem I: Gêneros textuais (escritos) como atividades sócio-discursivas, interpretação de textos.

Língua Portuguesa II	Carga horária: 75 horas
Ementa: Gêneros textuais como atividades sócio-discursivas. Gêneros textuais da oralidade. Domínio das etapas de realização da escrita: planejamento, execução, revisão, reescrita e pontuação. Produção Textual. Coesão e coerência. Análise e uso da língua: regência e concordância. Compreensão da dinâmica dos movimentos literários. Relações entre o texto literário e o contexto social e político de sua produção. Representação étnico-racial de negros e indígenas na literatura brasileira.	
Bibliografia básica: BOSI, A. História concisa da literatura brasileira. 32. ed. São Paulo: Cultrix, 1994 FÁVERO, L. L. Coesão e coerência textuais. 11. ed. rev. e atual. São Paulo: Ática, 2009 SACCONI, Luiz Antonio. Nossa gramática completa: Teoria e prática. 31. ed. São Paulo: Matrix, 2020. RIBEIRO, D. Pequeno manual antirracista. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.	
Bibliografia complementar: ARRAES, JARID. Heroínas negras brasileiras. Em 15 cordéis. São Paulo: Editora Seguinte, 2020. CALLIGARIS, C.; HOMEM, M. Coisa de menina? Uma conversa sobre gênero, sexualidade, maternidade e feminismo. Campinas: Papirus 7 Mares, 2019. (e-book) CUTI, L. S. Literatura Negro-brasileira. São Paulo: Selo Negro, 2010. (e-book) EVARISTO, C. Olhos d'água. Rio de Janeiro. Pallas: Fundação Biblioteca Nacional, 2016. LOPES, N. Dicionário escolar afro-brasileiro. São Paulo: Selo Negro Edições, 2014. (e-book)	

MARCUSCHI, L. A. Produção textual, análise de gêneros e compreensão. 3. ed. São Paulo: Parábola, 2009.

KOCH, I. G. V; ELIAS, V. M. Ler e escrever: estratégias de produção textual. 2. ed. São Paulo: Contexto, c2009. 220 p. (broch.).

KOCH, I. G. V; ELIAS, V. M. Ler e compreender: os sentidos do texto. 3. ed. São Paulo: Contexto, c2006. 216 p. (broch.).

KOCH, I. G. V. A Coesão Textual. 22. ed. São Paulo: Editora Contexto, 2010. (e-book)

KÖCHE, V. S. Leitura e produção textual. 6. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2014. (e-book)

KÖCHE, V. S.; BOFF, O. M. B.; PAVANI, C. F. Prática textual: atividades de leitura e escrita. 11. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2015. (e-book)

MARCHIORO, M. Questão indígena no Brasil: uma perspectiva histórica. Curitiba: Editora Intersaberes, 2018. (e-book)

SALVADOR, A. Como escrever para o ENEM: roteiro para uma redação nota. São Paulo: Editora Contexto, 2013. (e-book)

THIÉL, J. C. Pele silenciosa, pele sonora: A literatura indígena em destaque. São Paulo: Autêntica Editora, 2012. (e-book)

WACHOWICZ, T. C. Análise Linguística nos Gêneros Textuais. Curitiba: Editora Intersaberes, 2012 (e-book)

Conteúdos integradores:

Sociologia e Língua Portuguesa II: Diversidade cultural brasileira. Desigualdades sociais, raciais e de gênero. Representação étnico-racial de negros e indígenas na literatura brasileira. Relações entre o texto literário e o contexto social e político de sua produção.

Língua Portuguesa e História: Conceito de História e de temporalidade. Compreensão da dinâmica dos movimentos literários.

Processos e aprendizagem II e Língua Portuguesa II: gêneros textuais.

Língua Estrangeira: Inglês/Espanhol	Carga horária: 75 horas
Ementa: Inglês: Utilização da língua inglesa em situações reais de comunicação. Estudo de gêneros textuais orais e escritos. Vocabulário básico para o EJA. Estratégias de leitura. Estrutura da Língua Inglesa: tópicos gramaticais contextualizados. Espanhol: Características fonéticas da Língua Espanhola. A Língua como instrumento de comunicação. Aspectos culturais da Língua Espanhola. Estruturas gramaticais básicas da Língua.	
Bibliografia básica: Inglês: DIAS, R. High Up: ensino médio. São Paulo: Macmillan do Brasil, 2013. (Livro do PNLD distribuído para as escolas). BRENNER, G. A. Inglês para leigos. 2a ed. Rio de Janeiro: Alta Books, 2012. 348 p. + CDROM. MUNHOZ, R. Inglês instrumental: estratégias de leitura: módulo I. 1a ed. reform. e rev. São Paulo: Texto novo, 2004. 111 p. Espanhol: BLASCO, C. Fale tudo em Espanhol: um guia completo de conversação para você se comunicar no dia-a-dia, em viagens, reuniões de negócios, eventos sociais, entrevistas e muitas outras situações. São Paulo: Disal, 2008. 243 p.	

COIMBRA, Ludmila; CHAVES, Luiza Santana; BARCIA, Pedro Luis. Espanhol 1: ensino médio : língua estrangeira moderna. 2ª. ed. São Paulo: Edições SM, 2016. 176 p. (Cercania joven). (Livro do PNLD distribuído para as escolas) LEITE, S. C.; BENEDETTI, I. C. (Coord.). Dicionário escolar WMF: espanhol/português, português/espanhol. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2014.	
Bibliografia complementar: Inglês: LIMA, D. de. Gramática de uso da língua inglesa: a gramática do inglês na ponta da língua. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011. MUNHOZ, R. Inglês instrumental: estratégias de leitura: módulo II. São Paulo: Centro Paula Souza: Texto novo, 2004. 134 p. PAIVA, V. L. M. de O. Ensino de língua inglesa no ensino médio: teoria e prática. São Paulo: Edições SM, 2012. 183 p. Espanhol: ALVES, A. M.; MELLO, A. Mucho éxito: Español: volume 1. São Paulo: Moderna, 2010. 188 p. BRUNO, F. C.; MENDOZA, M. A. Hacia el Español: curso de lengua y cultura hispánica. 4ª ed. São Paulo: Saraiva, 2000. 224 p. BLASCO, C. Fale tudo em espanhol em viagens!: um guia completo para comunicação em viagens. Barueri: Disal, 2009. 175 p. ERES FERNÁNDEZ, G. (Coord.). Gêneros textuais e produção escrita: teoria e prática nas aulas de espanhol como língua estrangeira. São Paulo: IBEP, 2012. 208 p. FANJUL, A. Gramática de Español: Paso a Paso. São Paulo: Moderna, 2005. 272p. HERMOSO, A. G.; CUENOT, J.R.; ALFARO, M. S. Gramática de Español Lengua Extranjera. Espanha: Edelsa, 1997. 271 p. DICIONÁRIO escolar espanhol, espanhol-português, português-espanhol: mini. São Paulo: Martins Fontes, 2010. 590 p.	
Conteúdos integradores: Língua Estrangeira Espanhol, Inglês e Segurança do Trabalho: gêneros textuais da área técnica. Língua Estrangeira e Informática Básica: escrita de e-mail em língua estrangeira.	

Artes	Carga horária: 75 horas
Ementa: História da Arte (da pré-história à contemporaneidade). História da música. Antropologia da Arte. Filosofia e Sociologia da Arte. Arte e Ecologia. Patrimônio Cultural Material e Imaterial. A influência da Arte e da cultura indígena e africana na produção artística brasileira. Arte, tecnologias e mídias eletrônicas (Cinema; Fotografia; Rádio e Televisão). Repertório e produção artística nas diferentes linguagens da Arte. Temas da Arte Contemporânea. Arte de protesto e política. Arte e micropolíticas.	
Bibliografia básica: ARGAN, G. C. Arte moderna: do iluminismo aos movimentos contemporâneos. São Paulo: Companhia das Letras, 1992. CAUQUELIN, A. Arte Contemporânea: uma introdução. São Paulo: Ed. Martins Fontes, 2005. 168 p.	

SCHAFER, M. O ouvido pensante. 2ª ed. São Paulo: Unesp, 2011. SEVERIANO, J. Uma história da música popular brasileira. Das origens à modernidade. 3ª ed. São Paulo: Ed 34, 2013. FERRARI, S. dos S. U. et al. Arte por toda a parte. São Paulo: Ftd, 2013. (livro didático disponibilizado aos alunos).
Bibliografia complementar: LOPES, N.; CAMPOS, C. L. História e cultura africana e afro-brasileira. São Paulo: Barsa Planeta, 2008, 144p.. PAHLEN, K. História Universal da música. São Paulo: Melhoramentos, [s.d]. 376 p. TIRAPELI, P. Arte moderna e contemporânea: figuração, abstração e novos meios: século 20 e 21. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2006. 111 p. TIRAPELI, P. Arte indígena do: do pré-colonial à contemporaneidade. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2006. 59 p. WISNIK, J. M. O som e o sentido. Uma outra história da música. São Paulo: Companhia das letras, 1989.
Conteúdos integradores: Artes e História: Análise de fontes históricas e sua historicidade. Artes e Sociologia: Estado, Política e Ideologias.

História	Carga horária: 75 horas
Ementa: Conceito de História e de temporalidade. Fontes históricas em contextos socioculturais. A análise de fontes e sua historicidade. A construção histórica das sociedades e seus processos de trabalho no tempo. A formação cultural e as relações entre as sociedades. A História do Brasil e do Mundo. A história diante dos movimentos revisionistas.	
Bibliografia básica: ARRUDA, J. J.; PILLETTI, N. Toda a História: História Geral e História do Brasil. São Paulo: Ática, 2002. MOTA, M. B.; et al. História das cavernas ao terceiro milênio. São Paulo: Saraiva, 1990. AZEVEDO, G. C. História em Movimento. São Paulo: Ática, 2010.	
Bibliografia complementar: Publicações Ministério da Educação <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12814&Itemid=872>. SOUZA, M. de M. África e Brasil africano. 2ª ed. São Paulo: Ática, 2008. 175 p. FONSECA, R. Agosto. Rio de Janeiro: Record, 1990. 349 p. BOMFIM, M. A América Latina: males de origem. Rio de Janeiro: Fundação D. R, 2014. 398 p. MARTINS, C. Anita Garibaldi: a vida de uma heroína. São Paulo: Anita Garibaldi, 2004. 104 p.	
Conteúdos integradores: História e Artes: Repertório e produção artística nas diferentes linguagens da Arte. História e Língua Portuguesa II: Conceito de História e de temporalidade. Compreensão da dinâmica dos movimentos literários. História e Sociologia: A construção histórica das sociedades e seus processos de trabalho no tempo e Trabalho e Classes Sociais.	

História e Processos de Aprendizagem II: A história diante dos movimentos revisionistas e atividades sócio-discursivas.

Geografia	Carga horária: 75 horas
Ementa: Espaço Geográfico. Estrutura Geológica e Relevo. Organização Territorial e População Brasileira. Organização do Espaço Geográfico Mundial.	
Bibliografia básica: MARTINI, A.; GAUDIO, R. S. D. Coleção áreas do conhecimento: Geografia, 1º, 2º e 3º ano: Ensino médio. 3ª ed. São Paulo: IBEP, 2013. MOREIRA, J. C.; SENE, E. de. Geografia: ensino médio. Volume único. São Paulo: Scipione, 2010. 560 p. SENE, E.; MOREIRA, J. C. Geografia geral e do Brasil: espaço geográfico e globalização. 4ª ed. São Paulo, SP: Scipione, 2011. 688 p.	
Bibliografia complementar: CARRARO, F. Atividades com mapas. Ed. renovada e ampliada. São Paulo; Ed. FTD, 1996. 103p. SPOSITO, M. E. B. Capitalismo e urbanização. 13ª ed. São Paulo: Contexto, 2002. 80 p. CARLOS, A. F. A. A cidade. 8ª ed. São Paulo: Contexto, 2008. 98 p. TEIXEIRA, W.; FAIRCHILD, T. R.; TOLEDO, M. C. M. de; TAIOLI, F. et al. (Org.) Decifrando a terra. 2ª ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2009. 557 p. DIEGUES JUNIOR, Manuel. Etnias e culturas no Brasil. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1980. PEREIRA, D. N. T.; SÁ, E. V. de. O espaço mundial desenvolvido. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2008. 211 p. DIEGUES JUNIOR, M. Etnias e culturas no Brasil. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1980. CASTRO, I. E. de; GOMES, P. C. da C.; CORRÊA, R. L. (Org.). Geografia: conceitos e temas. 16ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014. 352 p.	

Filosofia	Carga horária: 75 horas
Ementa: Origem da Filosofia. Mito e Filosofia. Períodos da Filosofia. História do pensamento filosófico e da Ciência. Ética. Filosofia Política. Estado Moderno. Fundamentação e legitimidade do poder. A questão da democracia.	
Bibliografia básica: ARANHA, M. L. de A. MARTINS, M. H. P. M. Filosofando. São Paulo: Moderna, 1993. CHAUÍ, M. Iniciação à filosofia. São Paulo: Ática, 2010. COTRIM, G.; FERNANDES, M. Fundamentos de Filosofia. São Paulo. Saraiva, 2010.	
Bibliografia complementar: ARANHA, M L. de A.; MARTINS, M. H. P. Temas de filosofia. São Paulo: Moderna, 1992. 232 p. CHAUÍ, M. Introdução à História da Filosofia: Dos Pré-Socráticos a Aristóteles. Vol. 1. 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.	

REZENDE, Antonio (Org.). Curso de filosofia: para professores e alunos dos cursos de segundo grau e de graduação. 13. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005. 311 p.

JAPIASSU, H.; MARCONDES, D. Dicionário básico de filosofia. 4ª ed. atual. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008. 309p.

MARCONDES, D. Iniciação à história da filosofia: dos pré-socráticos a Wittgenstein. 12ª ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.

MARCONDES, D. Textos básicos de filosofia: dos pré-socráticos a Wittgenstein. 5ª ed. Revista. Rio de Janeiro: Jorge Zahar ed., 2007.

Conteúdos integradores:

Filosofia, Física, Química e Biologia: história da ciência.
Filosofia e Biologia: ética ambiental.

Sociologia	Carga horária: 75 horas
Ementa: Surgimento da Sociologia. Indivíduo e sociedade. Trabalho e Classes Sociais. Desigualdades sociais, raciais e de gênero. Cultura e Direitos Humanos. Diversidade cultural brasileira: as culturas afro-brasileiras e indígenas. Estado, Política e Ideologia.	
Bibliografia básica: BAUMAN, Zygmunt; MAY, Tim. Aprendendo a pensar com a sociologia. Rio de Janeiro: Zahar, 2010. COSTA, Cristina. Sociologia: introdução a ciência da sociedade. 4a ed. São Paulo: Moderna, 2010. LARAIA, R. de B. Cultura: um conceito antropológico. 23. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.	
Bibliografia complementar: BUCCI, Eugênio. A superindústria do imaginário: Como o capital transformou o olhar em trabalho e se apropriou de tudo que é visível. São Paulo: Autêntica Editora, 2021. (e-book) CARNEIRO, S. Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil. São Paulo: Selo Negro, 2011. (e-book) DAMATTA, R. O que faz o Brasil, Brasil?. Rio de Janeiro: Editora Rocco, 1996. GIDDENS, A. Sociologia. 4 ed. Porto Alegre: Artmed, 2005. MIRANDA, Shirley Aparecida de. Diversidade e ações afirmativas: combatendo as desigualdades sociais. São Paulo: Autêntica Editora, 2010. MUNANGA K.; GOMES, N. L. (orgs). O negro no Brasil de hoje. São Paulo: Global, 2006. SANTOS, Milton. Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal. 23a ed. Rio de Janeiro: Record, 2013.	
Conteúdos integradores: Sociologia e História: a construção histórica das sociedades e seus processos de trabalho no tempo; Trabalho e Classes Sociais. Sociologia e Artes: Estado, Política e Ideologia. Sociologia e Língua Portuguesa II: diversidade cultural brasileira. Desigualdades sociais, raciais e de gênero. Representação étnico-racial de negros e indígenas na literatura brasileira. Relações entre o texto literário e o contexto social e político de sua produção.	

Física	Carga horária: 75 horas
Ementa: Mecânica. Física Térmica. Óptica. Eletromagnetismo.	
Bibliografia básica: GASPAR, A. Física: ensino médio: volume único. São Paulo: Ática, 2005. 552 p. GONÇALVES FILHO, A. Física para o ensino médio. São Paulo: Editora Globo, 2002. 480 p. MERINO, D. Física, segundo grau. 7ª ed. São Paulo: Ática, 1986.	
Bibliografia complementar: LUZ, A. M. R. da; ALVARENGA, B. G. de. Física: volume único. São Paulo: Scipione, 2008. 616 p. GASPAR, A. Física: ensino médio, volume único. São Paulo: Ática, 2005. 552 p. Grupo de Reelaboração do Ensino de Física. Física 3: eletromagnetismo. 3ª ed. São Paulo: Edusp, 1998. 438 p. Grupo de Reelaboração do Ensino de Física. Física 2: física térmica, óptica. 5ª ed. São Paulo: Edusp, 2011. 366 p. Grupo de Reelaboração do Ensino de Física. Física 1: mecânica. 7ª ed. São Paulo: Edusp, 2012. 332 p.	
Conteúdos integradores: Química e Filosofia: história da ciência. Química e Física: eletricidade. Química e Biologia: ciclos biogeoquímicos. Física e Prevenção e controle de incêndios: termodinâmica; propagação do calor (condução, convecção, radiação e dispersão de partículas) e extinção do fogo (abafamento e resfriamento).	

Química	Carga horária: 75 horas
Ementa: Conceito de química. O Átomo. Ligações químicas. Funções inorgânicas. Soluções. Termodinâmica. Cinética química. Oxirredução e eletroquímica. Equilíbrio químico. Propriedades coligativas. Introdução a química orgânica. Funções orgânicas. Ciclos biogeoquímicos.	
Bibliografia básica: PERUZZO, F. M.; CANTO, E. L. do. Química na abordagem do cotidiano. Volume 1. 4ª ed. São Paulo: Moderna, 2006. PERUZZO, F. M.; CANTO, E. L. do. Química na abordagem do cotidiano. Volume 2. 4ª ed. São Paulo: Moderna, 2006. PERUZZO, F. M.; CANTO, E. L. do. Química na abordagem do cotidiano. Volume 3. 4ª ed. São Paulo: Moderna, 2006. FONSECA, M. R. M. da. Química integral. Volume único. São Paulo: Ed. FTD, 1993.	
Bibliografia complementar: FELTRE, R. Química. Volume 1. 4ª ed. São Paulo: Moderna, 1994. FELTRE, R. Química. Volume 2. 4ª ed. São Paulo: Moderna, 1994. FELTRE, R. Química. Volume 3. 4ª ed. São Paulo: Moderna, 1994.	

UTIMURA, T. Y.; LINGUANOTO, M. Química Fundamental. Volume único. São Paulo: FTD, 1998.

SARDELLA, A. Química. Volume único. 5ª ed. São Paulo: Ática, 2002.

Conteúdos integradores:

Química e Filosofia: história da ciência.

Química e Física: eletricidade.

Química e Biologia: ciclos biogeoquímicos.

Biologia	Carga horária: 75 horas
Ementa: Noções de Ecologia. Ciclos biogeoquímicos. Origem e evolução da vida. Importância da biodiversidade e da conservação da natureza. Metabolismo energético da célula. Noções de citologia. Histologia humana. Órgãos e sistemas humanos. Noções de Genética e Biotecnologia.	
Bibliografia básica: LOPES, Sônia Godoy Bueno Carvalho; ROSSO, Sérgio. Biologia: volume único. São Paulo: Saraiva, 2005. 608 p. LOPES, Sônia Godoy Bueno Carvalho; ROSSO, Sérgio. Bio, volume 1. São Paulo: Saraiva, 2014. 384 p. LOPES, Sônia Godoy Bueno Carvalho; ROSSO, Sérgio. Bio, volume 3. São Paulo: Saraiva, 2014. 400 p.	
Bibliografia complementar: AMABIS, José Mariano; MARTHO, Gilberto Rodrigues. Biologia dos organismos, volume 2: diversidade dos seres vivos, anatomia e fisiologia de plantas e animais. 2. ed. São Paulo: Moderna, 2004. 617 p. LAURENCE, J. Biologia ensino médio, volume único. São Paulo: Nova Geração, 2005. 696 p. LINHARES, Sérgio de Vasconcellos; GEWANDSZNAJDER, Fernando. Biologia: ensino médio, volume único. São Paulo: Ática, 2013. 696 p. LOPES, Sônia Godoy Bueno Carvalho; ROSSO, Sérgio. Bio, volume 2. São Paulo: Saraiva, 2014. 400 p. SCHMIDT-NIELSEN, Knut. Fisiologia animal: adaptação e meio ambiente. 5. ed. São Paulo: Santos Ed., 2002. 611 p. SILVA JÚNIOR, César da; SASSON, Sezar; CALDINI JÚNIOR, Nelson. Biologia, volume único. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2011. 943 p.	
Conteúdos integradores: Biologia e Filosofia: história da ciência e ética ambiental. Biologia e Química: ciclos biogeoquímicos e evolução química. Biologia, Química, Física e Matemática I: razão, proporção e porcentagem.	

Matemática I	Carga horária: 75 horas
Ementa: Razão e proporção. Porcentagem. Regra de Três Simples e composta. Estatística Básica. Juros simples. Juros Compostos.	
Bibliografia básica: DANTE, L. R. Matemática: contexto e aplicações. Volume único. 3ª ed. São Paulo: Ática, 2010. PAIVA, M. Matemática. São Paulo: Moderna, 2015. Volumes 1, 2 e 3. SMOLE, K. C. S. Matemática: Ensino Médio. São Paulo: Saraiva, 2004, Volumes 1, 2 e 3.	
Bibliografia complementar: BIANCHINI, E. Matemática: Ensino Fundamental. São Paulo: Moderna, 2011. Vol. 6, 7, 8 e 9. DANTE, L. R. Matemática: volume único. São Paulo: Ática, 2005. GIOVANNI JUNIOR, J. R. A Conquista da Matemática: Ensino Fundamental. São Paulo: FTD, 2011. Volumes 6, 7, 8 e 9. IEZZI, G.; DOLCE, O. Matemática e Realidade: Ensino Fundamental. São Paulo: Atual, 2009. Volumes 6, 7, 8 e 9. SILVA, C. X. da. FILHO, B. B. Matemática: Ensino Médio. São Paulo: FTD, 2005. Vol. 1, 2 e 3.	
Conteúdos integradores: Matemática I e Informática Básica: planilhas. Matemática I, Física, Biologia e Química: razão, proporção e porcentagem.	

Matemática II	Carga horária: 75 horas
Ementa: Equações do primeiro grau. Funções do primeiro grau. Equações do segundo grau. Funções do segundo grau. Relações métricas e trigonométricas no triângulo retângulo, Teorema de Pitágoras. Geometria Plana. Cálculo de área. Geometria Espacial. Cálculo de volume. Medidas de Capacidade.	
Bibliografia básica: DANTE, L. R. Matemática: contexto e aplicações. Volume único. 3ª ed. São Paulo: Ática, 2010. PAIVA, M. Matemática. São Paulo: Moderna, 2015. Volumes 1, 2 e 3. SMOLE, K. C. S. Matemática: Ensino Médio. São Paulo: Saraiva, 2004, Volumes 1, 2 e 3.	
Bibliografia complementar: BIANCHINI, E. Matemática: Ensino Fundamental. São Paulo: Moderna, 2011. Vol. 6, 7, 8 e 9. DANTE, L. R. Matemática: volume único. São Paulo: Ática, 2005. GIOVANNI JUNIOR, J. R. A Conquista da Matemática: Ensino Fundamental. São Paulo: FTD, 2011. Vol. 6, 7, 8 e 9. IEZZI, G.; DOLCE, O. Matemática e Realidade: Ensino Fundamental. São Paulo: Atual, 2009. Vol. 6, 7, 8 e 9. SILVA, C. X. da. FILHO, B. B. Matemática: Ensino Médio. São Paulo: FTD, 2005. Vol. 1, 2 e 3.	

Processos de Aprendizagem I	Carga horária: 75 horas
Ementa: Construção de práticas de letramento: ler e escrever como prática social, interpretação de textos, gêneros textuais (escritos) como atividades sócio-discursivas. Fontes de pesquisa: internet, biblioteca, artigos científicos. Técnicas de estudo e elaboração de trabalhos escolares: comparação, resumo, observação, classificação, interpretação, crítica, busca de suposições, imaginação, obtenção e organização de dados.	
Bibliografia básica: ANDRADE, Maria Margarida de. Introdução à metodologia do trabalho científico: elaboração de trabalhos na graduação. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2010. 158 p. CERVO, Amado Luiz; BERVIAN, Pedro Alcino; SILVA, Roberto da. Metodologia científica. 6. ed. São Paulo: Pearson, 2010. 162 p. MEDEIROS, João Bosco. Redação científica: a prática de fichamentos, resumos, resenhas. 11. ed. São Paulo: Atlas, 2009. 321 p.	
Bibliografia complementar: BASTOS, Cleverson Leite; KELLER, Vicente. Aprendendo a aprender: introdução à metodologia científica. 25. ed. Petrópolis : Vozes, 2012. 112 p. PERROTTA, Claudia. Um texto pra chamar de seu: preliminares sobre a produção do texto acadêmico. São Paulo: Martins Fontes, 2004. xxiii, 155 p. SEVERINO, Antonio Joaquim. Metodologia do trabalho científico. 19a ed. São Paulo: Cortez, 1993. 252 p. DIONISIO, Angela Paiva; MACHADO, Anna Rachel; BEZERRA, Maria Auxiliadora (Org.). Gêneros textuais & ensino. São Paulo: Parábola, 2010. 246 p. (Série Estratégias de ensino; 18). INFANTE, Ulisses. Do texto ao texto: curso prático de leitura e redação. 3a ed. São Paulo: Scipione, 1992. 223 p. ANASTASIOU, L. P. A.; CAMARGOS, L. Processos de ensinagem na universidade: pressupostos para as estratégias de trabalho em aula. Joinville: UNIVILLE, 2003. DE AQUINO, C. T. E. Como aprender: andragogia e as habilidades de aprendizagem. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2007. xv, 142 p. MACEDO, L. de; PETTY, A. L. S.; PASSOS, N. C. Aprender com jogos e situações problema. Porto Alegre: Artmed, 2000.	
Conteúdos integradores: Língua Portuguesa I e Processos de Aprendizagem I: gêneros textuais (escritos) como atividades sócio-discursivas e interpretação de textos.	

Processos de Aprendizagem II	Carga horária: 75 horas
Ementa: Os gêneros textuais (orais) como atividades sócio-discursivas: apresentação de trabalhos, seminários, discursos, debates, dramatização literária e teatral. Noções introdutórias da pesquisa científica: citações, referências, aspectos fundamentais da formatação de trabalhos acadêmicos, levantamento de hipóteses, aplicação de fatos e princípios a novas situações, planejamento de projetos de pesquisa.	

Bibliografia básica: ANDRADE, Maria Margarida de. Introdução à metodologia do trabalho científico: elaboração de trabalhos na graduação. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2010. 158 p. CERVO, Amado Luiz; BERVIAN, Pedro Alcino; SILVA, Roberto da. Metodologia científica. 6. ed. São Paulo: Pearson, 2010. 162 p. MEDEIROS, João Bosco. Redação científica: a prática de fichamentos, resumos, resenhas. 11. ed. São Paulo: Atlas, 2009. 321 p.
Bibliografia complementar: BASTOS, Cleverson Leite; KELLER, Vicente. Aprendendo a aprender: introdução à metodologia científica. 25. ed. Petrópolis: Vozes, 2012. 112 p. PERROTTA, Claudia. Um texto pra chamar de seu: preliminares sobre a produção do texto acadêmico. São Paulo: Martins Fontes, 2004. xxiii, 155 p. SEVERINO, Antonio Joaquim. Metodologia do trabalho científico. 19. ed. São Paulo: Cortez, 1993. 252 p. DIONISIO, Angela Paiva; MACHADO, Anna Rachel; BEZERRA, Maria Auxiliadora (Org.). Gêneros textuais & ensino. São Paulo: Parábola, 2010. 246 p. (Série Estratégias de ensino; 18). INFANTE, Ulisses. Do texto ao texto: curso prático de leitura e redação. 3. ed. São Paulo: Scipione, 1992. 223 p. ANASTASIOU, L. P. A.; CAMARGOS, L. Processos de ensinagem na universidade: pressupostos para as estratégias de trabalho em aula. Joinville: UNIVILLE, 2003. DEAQUINO, C. T. E. Como aprender: andragogia e as habilidades de aprendizagem. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2007. xv, 142 p. MACEDO, L. de; PETTY, A. L. S.; PASSOS, N. C. Aprender com jogos e situações problema. Porto Alegre: Artmed, 2000.
Conteúdos integradores: Processos de Aprendizagem II e Língua Portuguesa II: comunicação oral e gêneros textuais orais. Processos de Aprendizagem II e História: a história diante dos movimentos revisionistas e atividades sócio-discursivas: apresentação de trabalhos, seminários, discursos.

Projeto Integrador	Carga horária: 75 horas
Ementa: Elaboração de Projetos de Pesquisa, Extensão ou Execução (empreendedorismo, associativismo, cooperativismo, economia solidária, organização e intervenção comunitária). Apresentação oral dos projetos.	
Bibliografia básica: FLETCHER, Leon. Como falar como um profissional. 4. ed. Rio de Janeiro: Record, 1983. 265 p. FERREIRA, Marco Aurélio Marques; EMMENDOERFER, Magnus Luiz; GAVA, Rodrigo (Org.). Administração pública, gestão social e economia solidária: avanços e desafios. Viçosa: UFV, 2010. 350 p. ROGERS, Carl R. Tornar-se pessoa. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1991. 360 p. TORI, Romero. Educação sem distância: as tecnologias interativas na redução de distâncias em ensino e aprendizagem. São Paulo: Ed. SENAC, Escola do Futuro da USP, 2010. 254 p.	
Bibliografia complementar:	

MARTINS, Rosane Magaly; HAGEN, Suleica Iara (Org.). Ame suas rugas: aproveite o momento. Vol. 1. Blumenau: Odorizzi, 2007. 163 p. SANTAROSA, Lucila Maria Costi; CONFORTO, Débora; SCHNEIDER, Fernanda Chagas (ORG.). Caderno pedagógico: curso de formação de professores em tecnologias da informação e comunicação acessíveis. Vol. 2. Porto Alegre: Evangraf, 2013. 150 p. WRIGHT, C. W. Aprenda a falar em público: manual prático para vencer as inibições ao enfrentar uma platéia. 4. ed. Rio de Janeiro: Record, 2005. LENZI, Fernando Cesar; KIESEL, Marcio Daniel; ZUCCO, Fabricia Durieux (Org.). Ação empreendedora: como desenvolver e administrar o seu negócio com excelência. 2. ed. São Paulo: Gente, 2010. MARIOT, Edson João. Produtos agroalimentares típicos coloniais: situação e perspectivas de valorização no município de Urussanga, Santa Catarina, Brasil. Vila Real, 2002. 108 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Mestrado Internacional em Gestão do Desenvolvimento Rural, Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, Universidade de Santiago de Compostela, Vila Real, 2002.
Conteúdos integradores: * A disciplina de Projeto Integrador poderá integrar conteúdos com qualquer disciplina do curso, a depender do tema do projeto de pesquisa ou execução escolhido pelos alunos.

Informática Básica	Carga horária: 30 horas
Ementa: Conceitos Básicos de Informática. Sistemas Operacionais. Principais Aplicativos para edição de textos, planilhas de cálculo e apresentações multimídia. Noções de Internet e correio eletrônico.	
Bibliografia básica: BIZELLI, Maria Helena S. Sahão; BARROZO, Sidinéia. Informática Básica: terceira idade e iniciantes. Araraquara: Unesp - Instituto de Química de Araraquara, 2009. 192 p. CAPRON, H. L.; JOHNSON, J. A. Introdução à Informática. 8. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2004. xv, 350 p. NORTON, Peter. Introdução à Informática. São Paulo: Pearson Makron Books, 2009. 619 p. + 1 CD-ROOM.	
Bibliografia complementar: CAIÇARA JUNIOR, Cícero; PARIS, Wanderson Stael. Informática, internet e aplicativos. 2. ed. Curitiba: Ibipex, 2009. 154 p. MARCONDES, Andrea. Informática para Iniciantes. São Paulo: Livro Pronto, 2009. 120 p. REIS, Wellington José dos. Libreoffice Writer 4.2: Manipulando textos com liberdade e precisão. São Paulo: Viena, 2014. 240 p. REIS, Wellington José dos. Libreoffice Impress 4.2: Dominando Apresentações. São Paulo: Viena, 2014. 160 p. SIMÃO, Daniel Hayashida. LibreOffice Calc 4.2: Dominando as Planilhas. São Paulo: Viena, 2014. 208 p.	
Conteúdos integradores: Informática e Matemática I: planilhas. Informática Básica e Língua Estrangeira: escrita de e-mail em língua estrangeira.	

Segurança do Trabalho	Carga horária: 30 horas
Ementa: Evolução da Segurança do Trabalho. Riscos Ocupacionais: físicos, químicos, biológicos, ergonômicos e de acidentes. Noções de Normas Regulamentadoras/MTE: NR01 – Disposições Gerais (Ordem de Serviço); NR04 - Serviços Especializados em Engenharia de Segurança e em Medicina do Trabalho (SESMT); NR05 – Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (CIPA) e Mapas de Riscos; NR26–Sinalização de segurança; NR06 – Equipamentos de Proteção Individual (EPI); Conceitualização das normas: NR10 – Segurança em Instalações e Serviços em Eletricidade; NR18 – Condições e Meio Ambiente de Trabalho na Indústria da Construção; NR33 – Segurança e Saúde no Trabalho em Espaços Confinados e, NR35 – Trabalho em Altura.	
Bibliografia básica: BARSANO, Paulo Roberto; BARBOSA, Rildo Pereira. Segurança do trabalho: guia prático e didático. 2. ed. São Paulo: Érica, Saraiva, 2018. 320 p. ISBN 9788536527284. SALIBA, Tuffi Messias. Curso básico de segurança e higiene ocupacional. 8. ed. São Paulo: LTr, 2018. 494 p. ISBN 9788536195377. SCALDELA, Aparecida Valdinéia. Manual prático de saúde e segurança do trabalho. 2. ed. rev. e ampl. São Paulo: Yendis, 2012. xxx, 433 p. ISBN 9788577282593.	
Bibliografia complementar: BRUNO PAOLESCHI; BRUNO PAOLESCHI. CIPA. 1. São Paulo 2017 0 ISBN 9788536526164. JOUBERT RODRIGUES DOS SANTOS JÚNIOR. NR-10: Segurança em Eletricidade. 2. São Paulo 2017 240 ISBN 9788536525549. GONÇALVES, Danielle Carvalho; GONÇALVES, Isabelle Carvalho; GONÇALVES, Edwar Abreu. Segurança e saúde no trabalho em 2000 perguntas e respostas. 6. ed. São Paulo: LTr, 2017. 736 p. ISBN 9788536193687. MORAIS, Carlos Roberto Naves. Perguntas e respostas comentadas em segurança e saúde do trabalho. 5. ed. rev. e ampl. São Caetano do Sul, SP: Yendis, 2011. 829 p. PAULO ROBERTO BARSANO; RILDO PEREIRA BARBOSA. Higiene e segurança do trabalho. 2ª ED. 2. São Paulo 2018 0 ISBN 9788536527536.	
Conteúdos integradores (formação geral x profissional): Segurança do Trabalho e Sociologia: liderança e comportamento Segurança do Trabalho e Matemática II: desenho geométrico.	

Primeiros Socorros	Carga horária: 60 horas
Ementa: O Serviço de Emergências Médicas. Anatomia e Fisiologia Humana. Avaliação da Cena de Urgência\Emergência. Biossegurança. Abordagem Primária da Vítima. Manejo de Vias Aéreas: desobstrução e reanimação respiratória. Reanimação Cardiopulmonar: desfibrilação externa semi automática (DESA). Estado de Choque. Hemorragias. Trauma: luxação, entorses, fraturas e imobilização. Ferimentos em Tecidos Moles. Queimaduras. Emergências Clínicas: cardiovasculares	

e respiratórias. Intoxicação Exógena. Remoção de Vítimas: manipulação e transporte de vítimas. Emergências Especiais: vítimas pediátricas, idosas e gestantes.

Bibliografia básica:

NATIONAL ASSOCIATION OF EMERGENCY MEDICAL TECHNICIANS. Atendimento Pré-Hospitalar ao Traumatizado PHTLS: prehospita trauma life support. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.
ALBINO, Rubia Maria. Urgências e Emergências. Florianópolis: Papa-Livro, 2003.
HIRATA, Mario Hiroyuki; HIRATA, Rosario Dominguez Crespo; MANCINI FILHO, Jorge. Manual de Biossegurança. 2. ed. rev. e ampl. São Paulo: Manole, 2014.

Bibliografia complementar:

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE INDÚSTRIA QUÍMICA. Manual para Atendimento de Emergências com Produtos Perigosos. São Paulo: ABIQUIM. 2006.
THIBODEAU, Gary A.; PATTON, Kevin T. Estrutura e Funções do Corpo Humano. São Paulo: Manole, 2002.
WOLF-HEIDEGGER, Gerhard. Atlas de Anatomia Humana. 2. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1972.
BRODT, Mário. Infartei, e agora? Porto Alegre: AGE, 2007
SILVA, Edilene Rodrigues da; TIMÓTEO, Rosalba Pessoa de Souza. Educando e produzindo conhecimento em enfermagem. Natal: EDUFRN, 2008.

Conteúdos integradores (formação geral x profissional):

Primeiros Socorros e Biologia: anatomia e fisiologia humana (órgãos e sistemas).

Administração Geral	Carga horária: 30 horas
Ementa: Fundamentos da Administração. Funções Administrativas: Planejamento, Organização, Liderança e Controle. Gestão de Pessoas. Administração do Tempo. Conceitos básicos sobre Gestão da Qualidade.	
Bibliografia básica: CHIAVENATO, Idalberto. Administração: teoria, processo e prática. 4 Ed. rev. e. atual. Rio de Janeiro: Elsevier, Campus. 2010. CHIAVENATO, Idalberto. Gestão de Pessoas: o novo papel dos recursos humanos nas organizações. 3 Ed. rev. e. atual. Rio de Janeiro: Elsevier, Campus. 2010. TAVARES, José da Cunha. Tópicos da administração aplicada à segurança do trabalho. 10 ed. São Paulo: Senac, 2011. SILVA, Reinaldo Oliveira. Teorias da Administração. 2 ed. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2013.	
Bibliografia complementar: BATEMAN, Thomas S.; SNELL A. Administração: novo cenário competitivo. 2 ed. São Paulo. SP: Atlas, 2011. CARAVANTES, Geraldo Ronchetti; PANNO, Cláudia Caravantes; KLOECKNER, Mônica Caravantes. Administração: teorias e processo. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2005.	

FISCHER, Georg et al. Gestão da Qualidade: segurança do trabalho e gestão ambiental. São Paulo: Blucher, 2009. 240 p.

MAXIMIANO, Antonio Cesar Amaru. Introdução à Administração. 7. Ed. rev. e ampl. São Paulo: Atlas, 2008.

WRIGHT, Peter; KROLL, Mark J.; PARNELL, John. Administração Estratégica: conceitos. São Paulo: Atlas, 2000.

Conteúdos integradores (formação geral x profissional):

Administração Geral e Sociologia: liderança, relacionamento interpessoal e comunicação.

Desenho Técnico	Carga horária: 30 horas
Ementa: Introdução ao Desenho Técnico. Princípios do desenho técnico para execução e interpretação de plantas. Leitura, normas e técnicas do desenho. Caligrafia Técnica. Escalas. Simbologia.	
Bibliografia básica: CHING, Frank. Representação Gráfica em Arquitetura. 5ed. Porto Alegre: Bookman, 2000. 192p. NEUFERT, Peter. Arte de Projetar em Arquitetura. São Paulo: G. Gill, 2010. 618p. SPECK, Henderson José; PEIXOTO, Virgílio Vieira. Manual Básico do Desenho Técnico. Florianópolis, SC: Editora da UFSC, 1997. 180p.	
Bibliografia complementar: FRENCH, Thomas Ewing; VIERK, Charles J. Desenho Técnico e Tecnologia Gráfica. 8Ed.atual. revis. e ampl. São Paulo: Globo, 2005. 1093 p. MARCHESI JUNIOR, Isaías. Curso de Desenho Geométrico. Volume 2, não consumível. 4 ed. São Paulo(SP): Ática, 1994. 96p. MONTENEGRO, Gildo A. Desenho Arquitetônico: para cursos técnico de 2. Grau e faculdades de arquitetura. 2ª Ed rev. E ampl. São Paulo (SP): E. Blucher, 1985. 142p. NEIZEL, E. Desenho Técnico para Construção Civil. São Paulo: EUP e EDUSP. Editora Pedagógica Universitária e Editora da Universidade de São Paulo, 1974. 68p. XAVIER, Natália. Desenho Técnico Básico: expressão gráfica, desenho geométrico, desenho técnico, glossário ilustrado. 4 ed. São Paulo, SP: Ática, 1990. 138p.	
Conteúdos integradores (formação geral x profissional): Desenho Técnico e Matemática II: operações matemáticas básicas, frações e proporção. Escalas de redução e ampliação, regra de três. Geometria, retas, planos, pontos, ângulos, projeções ortográficas. Cálculo de áreas. Desenho Técnico, Segurança do Trabalho e Higiene do Trabalho: representação gráfica do mapa de risco.	

Higiene do Trabalho	Carga horária: 45 horas
Ementa: Introdução a Higiene do Trabalho; Avaliação e controle de agentes ambientais. Agentes físicos. Agentes Químicos. Agentes Biológicos. Insalubridade Periculosidade: NR15 – Atividades e Operações Insalubres/NR16 – Atividades e Operações Perigosas. Programa de Gerenciamento de Riscos. Técnicas e uso de equipamentos.	
Bibliografia básica: MORAIS, Carlos Roberto Naves. Perguntas e respostas comentadas em segurança e saúde do trabalho. 5. ed. rev. e ampl. São Caetano do Sul, SP: Yendis, 2011. 829 p. SALIBA, Tuffi Messias. Curso básico de segurança e higiene ocupacional. 4. ed. São Paulo: LTr, 2011. 478 p. ATLAS. Segurança e medicina do trabalho. 68. ed. São Paulo: Atlas, 2011. 878 p. (Manuais de Legislação Atlas).	
Bibliografia complementar: BELLUSCI, Silvia Meirelles. Doenças profissionais ou do trabalho. 11. ed. São Paulo: Senac São Paulo, 2010. 147 p. PEREIRA, Alexandre Demetrius. Tratado de segurança e saúde ocupacional: aspectos técnicos e jurídicos. Volume III: NR – 13 a NR – 15. 2 ed. São Paulo: LTr, 2005. PEREIRA, Fernandes José; CASTELLO FILHO, Orlando. Manual prático: como elaborar uma perícia técnica de insalubridade, de periculosidade, de nexo causal das doenças ocupacionais e das condições geradoras do acidente do trabalho. 4. ed. São Paulo: LTr, 2012. 239 p. SALIBA, Tuffi Messias. Manual prático de avaliação e controle do ruído: PPRA. 6. ed. São Paulo, SP: LTr, 2011. 136 p. SALIBA, Tuffi Messias; CORREA, Márcia Angelim Chaves. Insalubridade e periculosidade: aspectos técnicos e práticos. 3. ed. atual. São Paulo, SP: LTr, 1997. 228p.	

Prevenção e Controle de Incêndios	15 horas
Ementa: Teoria do Fogo: conceito e tetraedro do fogo. Fenomenologia da Combustão: classes de incêndio. Métodos de Extinção: características e aplicabilidade dos agentes extintores. Sistemas de Prevenção e Controle de Incêndios: aparelhos extintores, alarmes, sinalização, sprinklers, mangueiras e hidrantes. Normas de Segurança e Controle de Incêndios.	
Bibliografia básica: ATLAS - Manuais de Legislação Atlas. Segurança e Medicina do Trabalho. 70.ed. São Paulo: Atlas, 2013. ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. Normas da ABNT/NBRs em prevenção de incêndios e planos de emergência.	

DSCI, Diretoria de Segurança Contra Incêndio. Sítio do Corpo Bombeiro Militar do Estado de Santa Catarina. Instruções Normativas (<https://dsci.cbm.sc.gov.br/index.php/pt/cidadao/instrucoes-normativas-in>)

Bibliografia complementar:

ABIQUIM, Depto Técnico. Manual para Atendimento de Emergências com Produtos Perigosos. São Paulo: 2015. 270 p.

NAEMT (National Association of Emergency Medical Technicians). Atendimento Pré Hospitalar ao Traumatizado. [Tradução de Diego Alfaro e Hermínio de Mattos Filho]. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.

ARAÚJO, Giovanni Moraes de. Segurança na Armazenagem, Manuseio e Transporte de Produtos Perigosos: gerenciamento de emergência química. 2a Edição, Rio de Janeiro: Gerenciamento Verde Editora, 2005. 948 p.

SCI, Segurança Contra Incêndio. Sítio do Corpo de Bombeiros de São Paulo. Instruções Técnicas. (http://www.corpodebombeiros.sp.gov.br/portalc_b/_seguranca-contraincendio/).

ESTADO DE MINAS GERAIS. Sítio do Corpo Bombeiro Militar do Estado de Minas Gerais. Legislação e Normas Técnicas. (<https://www.bombeiros.mg.gov.br/legisscip>).

Conteúdos integradores (formação geral x profissional):

Prevenção e controle de incêndios e Química: reação de oxi-redução; reação química do fogo (combustível, comburente, calor, reação em cadeia); combustão completa e incompleta; descrição dos agentes extintores (bicarbonato de sódio, fosfato de monoamônio, gás carbônico, cloreto de sódio e acetato de potássio).

Prevenção e controle de incêndios e Física: termodinâmica; propagação do calor (condução, convecção, radiação e dispersão de partículas) e extinção do fogo (abafamento e resfriamento).

5. Acessibilidade

Parte da arquitetura do *Campus* Camboriú do IFC refere-se ao modelo da década de 50, período da sua fundação como Colégio Agrícola de Camboriú (CAC). Nesta época, ainda não havia preocupação com a acessibilidade de pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida. Assim, o acesso seguro e autônomo às vias públicas e edificações foi implantado por meio de nova construção e de reformas, conforme estabelece a legislação federal vigente e normas técnicas (NBR 9050/2004) (ABNT, 2004).

As novas edificações apresentam os requisitos estruturais de acessibilidade – calçadas, pontos táteis, portas, barras de apoio, sanitários e sinalização. Neste sentido, observa-se a arquitetura separando as construções da Instituição em: antiga, reformada e nova. Quanto à construção antiga, no que se refere à área livre, o espaço para manobra de um cadeirante com deslocamento de 180 graus que possui o mínimo de 1,50 metros (largura) x 1,90 metros (profundidade), é parcial. No que se refere à área de alcance, a altura dos interfonos, telefones e similares está entre 0,80 metros a 1,20

metros, e a altura das maçanetas de portas estão entre 0,80 metros e 1,00 metro, conforme determina a NBR 9050/2004 (ABNT, 2004). A construção antiga possui ainda acesso a andares superiores através de escada, as quais possuem patamar a cada 3,20 metros de desnível quando há mudança de direção. Além disso, os corrimãos possuem acabamento recurvado e estão na altura correta, entre 0,70 metros e 0,92 metros. Há também a opção de se utilizar um elevador.

Quanto à circulação interna da construção antiga, os corredores de uso comum têm a extensão superior a 10,00 metros e possuem 1,50 metros de largura. As portas de circulação interna possuem largura mínima de 0,80 metros, conforme NBR 9050/2004 (ABNT, 2004). De modo geral, a entrada de alunos está localizada na via menor de fluxo de tráfego de veículos. As salas de aula (convencionais e laboratórios) possuem áreas de aproximação e manobra acessíveis e áreas de alcance manual. Quanto a área de alcance da construção reformada e da construção nova, a altura dos interfones, telefones e similares está entre 0,80 metros a 1,20 metros, e a altura das maçanetas de portas estão entre 0,80 metros e 1,00 metro, atendendo a NBR 9050/2004 (ABNT, 2004).

O acesso e a sinalização das partes reformadas e da parte nova, possuem parcialmente pisos com superfície regular, firme e antiderrapante, desníveis do piso em altura máxima de 5 mm, rampas com largura mínima de 1,20 metros, elevador, escadas com patamar a cada 3,20 metros de desnível em mudança de direção. Possuem também corrimão com acabamento recurvado, em altura entre 0,70 metros e 0,92 metros. A circulação interna dos prédios reformados e o novo, possui corredores de uso comum com extensão de até 10,00 metros com 1,20 metro de largura, corredores com extensão superior a 10,00 metros com 1,50 metros de largura. As portas de circulação possuem largura mínima de 0,80 metros e a área de aproximação de uma porta em seu sentido de entrada possui área livre de 1,20 metros e suas maçanetas são do tipo de alavanca. Já as calçadas, passeios e vias de pedestres possuem faixa livre com largura mínima recomendável de 1,50 metros. Nos banheiros da estrutura reformada, há reservas para pessoas com deficiência. A bacia sanitária está numa altura mínima entre 0,43 metros e 0,48 metros (com a tampa do assento). O acionamento da descarga está a uma altura de 1,00 metro e há lavatório dentro do sanitário reservado para pessoas com deficiência.

Em relação à acessibilidade da construção nova da Instituição, a área livre possui a largura mínima de 1,20 metros para a circulação de pessoas. O espaço para manobra de um cadeirante (sem deslocamento) com rotação de 90 graus, possui o mínimo de 1,20 metros por 1,20 metros. Já para um cadeirante (sem deslocamento) com rotação de 180 graus, também possui o mínimo de 1,50 metros por 1,20 metros. Ainda para manobra de um cadeirante (sem deslocamento) com rotação de 360 graus, possui o mínimo de diâmetro de 1,50 metros. Quanto à área de alcance, a altura dos interfones, telefones e similares estão entre 0,80 metros e 1,20 metros, e a altura das maçanetas de portas estão entre 0,80 metros a 1,00 metro. Os dispositivos estão dentro das regras a altura dos interruptores, das tomadas elétricas e dos armários em geral.

Na construção nova, foram construídos sanitários reservados para pessoas com deficiência. Localizado dentro de uma rota acessível, este sanitário possui barras de apoio acessíveis, e bacia com uma transferência em acordo com o MR/ Módulo de Referência (0,80 m x 1,20 m). O acionamento da descarga está a uma altura de 1,00 metro. Há lavatório a uma altura de 0,78 metros e 0,80 metros. Quanto às vagas para veículos, perto da biblioteca, o estacionamento possui reserva para pessoas com deficiência e a vaga possui a sinalização internacional de acessibilidade pintada no piso. As vagas para veículos na lateral e nos fundos das instalações, também possuem reserva para pessoas com deficiência com a sinalização internacional de acessibilidade pintada no piso.

Na construção nova, a entrada de alunos está localizada na via de menor fluxo de tráfego de veículos. As salas de aula (convencionais e laboratórios) são acessíveis, possuem áreas de aproximação e manobra acessível, áreas de alcance manual também acessível. Na biblioteca há publicações em braille. Na faixa livre de circulação há rampas.

Em relação à acessibilidade para aprendizagem, o *Campus Camboriú* do IFC possui o Núcleo de Apoio às Pessoas com Necessidades Especiais – NAPNE, o qual oferece suporte às pessoas com necessidades específicas. Em relação aos alunos surdos, o *Campus Camboriú* efetivou em 2014, por meio de concurso público, um técnico-administrativo tradutor intérprete de LIBRAS e um docente em LIBRAS para atuar nos cursos e na formação dos servidores. Em relação aos alunos cegos e/ou com baixa visão, foram desenvolvidas soluções tecnológicas como aquisição e/ou desenvolvimento de *softwares* e de ambientes virtualmente acessíveis de aprendizagens.

6. Avaliação

Tradicionalmente a avaliação dentro das instituições educacionais é concebida como instrumento de classificação e regulação comportamental dos estudantes. Em direção oposta, os cursos EJA-EPT do IFC - *Campus Camboriú* atribuem à avaliação outra dimensão, focada na investigação, no diagnóstico do processo de aprendizagem, visando à identificação de intervenções necessárias para a melhoria desse processo, bem como do projeto pedagógico como um todo. Desta forma, o processo de avaliação da aprendizagem constitui uma série de decisões atreladas a um único objetivo: a promoção da aprendizagem dos estudantes. Ao percorrer este objetivo é fundamental que se compreenda que muitos destes alunos já passaram por processos de escolarização que os conduziram ao insucesso escolar, inculcando-lhes a ideia de incapacidade intelectual, de punição ou classificação desta incapacidade. Sendo assim, é preciso redobrar o comprometimento com que o processo de avaliação será delineado nos cursos EJA-EPT evitando que os estudantes sejam novamente expostos a práticas autoritárias e inadequadas.

Neste caminho, a adoção de objetivos e critérios de avaliação é fundamental. Os critérios são como as regras do jogo, determinam ações, delimitam fazeres, sinalizam os procedimentos para que os estudantes cheguem ao “final da partida” com sucesso. Enfim, conhecendo os objetivos de ensino e os critérios a partir dos quais serão avaliados, os alunos terão a possibilidade de fazer a relação acerca do que era pretendido, do que foi alcançado e do que precisa fazer para alcançar a aprendizagem esperada. Desta forma, no interior da abordagem curricular pretendida nos cursos EJA-EPT do IFC - *Campus* Camboriú, fundamentam-se processos avaliativos adequados às especificidades da EJA e, portanto, ao público para o qual se destina. Compreender os sujeitos da EJA implica pensar que muitos deles já passaram por processos de escolarização e foram vítimas do insucesso escolar por diversas razões, dentre estas, talvez a mais comum seja a relação punitiva que a escola estabelece com os mecanismos de avaliação largamente difundidos pelas estruturas educacionais vigentes.

Nesta perspectiva, não basta elencar novos instrumentos para avaliar alunos jovens e adultos, mas sim, propor a superação das concepções tradicionais e alicerçar um currículo que permita diálogo e negociação entre professores e alunos acerca dos objetivos e critérios pedagógicos. Assim, a avaliação passa a ser determinante na construção de um movimento curricular permanente que aponte as intervenções necessárias para que os alunos façam elaborações mais complexas dos conhecimentos, bem como reorientar cotidianamente a prática pedagógica.

Pautando-se nesses princípios, a avaliação supera seu caráter arbitrário, quantitativo ou meramente descritivo para ocupar o espaço da reflexão e negociação. Assim como os alunos jovens e adultos que cotidianamente nos mostram que ensinam e aprendem e aprendem ensinando, a prática da avaliação processual não pode ser totalmente decidida *a priori*, ou seja, é no fazer diário e coletivo que se concretiza o processo de avaliação. Portanto, é fundamental que o planejamento docente se dê dialogicamente, buscando a integração e a dinamização da abordagem das diferentes áreas do conhecimento, a discussão sobre o andamento das aulas, do processo de aprendizagem, a inserção orgânica do curso na esfera institucional. Esta premissa constitui elemento fundamental para concretizar a concepção de avaliação aqui descrita, sendo que cabe à instituição viabilizar que todos professores do curso tenham a oportunidade de realizar o planejamento integrado das aulas em encontros com periodicidade conforme calendário a ser estabelecido no início do ano letivo.

O processo avaliativo deve possibilitar que todos os estudantes alcancem uma aprendizagem suficiente de acordo com os objetivos e critérios construídos nos Planos de Ensino de cada docente, de forma coerente com este PPC e a Política da Educação de Jovens e Adultos do IFC, a qual estabelece que a avaliação na EJA-EPT considerará as seguintes dimensões:

I – Diagnóstica: caracteriza o desenvolvimento do estudante no processo de ensino-aprendizagem, visualizando avanços e dificuldades, realizando ajustes e tomando decisões necessárias às estratégias de ensino e ao desempenho dos sujeitos do processo;

II – Processual: reconhece que a aprendizagem acontece em diferentes tempos, por processos singulares e particulares de cada sujeito, tem ritmo próprio e lógicas diversas, em função de experiências anteriores mediadas por necessidades múltiplas e por vivências individuais que integram e compõem o repertório a partir do qual realiza novos aprendizados e ressignifica os antigos;

III – Formativa: assegura ao sujeito a consciência da atividade que desenvolve e dos objetivos da aprendizagem, podendo participar da regulação da atividade, segundo estratégias metacognitivas que precisam ser compreendidas pelos professores. Pode expressar seus erros, como hipóteses de aprendizagem, limitações, expressões do que sabe, do que não sabe e do que precisa saber;

IV – Somativa: expressa o resultado referente ao desempenho do estudante em cada semestre através de menções, relatórios ou notas.

O processo avaliativo deve possibilitar ao educando refletir sobre suas experiências e percepções iniciais, observar, reelaborar e sistematizar seu conhecimento e aprendizagens. Os critérios e parâmetros para observar o processo de aprendizagem dos estudantes devem ser previstos no Plano de Ensino de cada componente curricular e será realizado de forma contínua e cumulativa, considerando os resultados apresentados ao longo do processo, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos. A avaliação dos aspectos qualitativos compreende, além da acumulação de conhecimentos e dos resultados alcançados com a avaliação de característica quantitativa, o diagnóstico, a orientação e reorientação do processo de ensino e de aprendizagem, visando ao aprofundamento dos conhecimentos e ao desenvolvimento de habilidades e atitudes pelos estudantes.

A avaliação do rendimento escolar enquanto elemento formativo e condição integradora entre ensino e aprendizagem deverá ser ampla, contínua, gradual, dinâmica e cooperativa e seus resultados serão sistematizados, analisados e divulgados. Os procedimentos avaliativos dos componentes curriculares, quando prevista a integração, devem ser organizados de modo articulado e igualmente expressos nos Planos de Ensino.

Tendo como pressuposto que a avaliação deve considerar os objetivos gerais e específicos dos componentes curriculares e o processo de ensino-aprendizagem como um todo, serão utilizados instrumentos de avaliação de natureza variada e em número amplo o suficiente para poder avaliar o desenvolvimento de capacidades e saberes com ênfases distintas ao longo do período letivo. De acordo com a natureza do componente curricular admite-se, entre outros, como instrumento de avaliação processual de aprendizagem:

- I** – Avaliação escrita, com questões a mais para escolha e/ou com questões elaboradas pelo estudante;
- II** – Avaliação oral ou prático-oral;
- III** – Avaliação prática;
- IV** – Trabalho individual ou em grupo;
- V** – Seminário, mostra, feira;
- VI** – Estudo de caso;
- VII** – Resenha e artigo;
- VIII** – Relatório de atividades;
- IX** – Relatório de visita técnica;
- X** – Portfolio;
- XI** – Webquest;
- XII** – Autoavaliação;
- XIII** – Dramatização, performance e outras formas de comunicação;
- XIV** – Desenho;
- XV** – Maquete;
- XVI** – Experimentação;
- XVII** – Álbum;
- XVIII** – Projeto;
- XIX** – Mapa Conceitual;
- XX** – Debate, entre outros.

Para fins de registro do processo avaliativo no Diário de Classe, segue-se a normativa da Resolução do IFC (10-31.3.21), Art. 206, que diz que “O rendimento acadêmico nas disciplinas e módulos deve ser expresso em valores numéricos de 0 (zero) a 10 (dez), variando até a primeira casa decimal, após o arredondamento da segunda casa decimal”. O docente poderá adotar os instrumentos de avaliação que julgar mais adequados e eficientes para a promoção da aprendizagem escolar, devendo expressá-los no seu Plano de Ensino.

Em cada etapa do ensino deverão ser utilizados instrumentos diversos de avaliação. O professor informará ao estudante os resultados da avaliação de sua aprendizagem a fim de que o estudante e o professor possam, juntos, criar condições para retomar aspectos nos quais os objetivos de aprendizagem não tenham sido atingidos e programar estudos de recuperação paralela durante o processo de ensino-aprendizagem.

Ainda que os aspectos qualitativos do processo de avaliação formativa prevaleçam sobre os aspectos quantitativos, conforme determina BRASIL (1996), a sistematização do registro da

avaliação nos cursos EJA-EPT do IFC se dará por meio de valores numéricos, sendo que a obtenção de média final 6,0 (seis) em todas as disciplinas, ao final do ano letivo, é condição para a aprovação do estudante. O ano letivo será subdividido em 2 (dois) semestres letivos e, portanto, a média final/anual será produto de 2 (duas) médias semestrais. Cada média semestral, por sua vez, será formada por, no mínimo, duas avaliações semestrais, cabendo ao professor a autonomia quanto aos pesos e valores atribuídos aos instrumentos de avaliação por ele adotados, desde que descritos no Plano de Ensino.

Os Planos de Ensino, é importante destacar, deverão ser entregues à Coordenação de Curso em período anterior ao ano letivo (conforme estabelecido em calendário institucional), para a devida apreciação pelo NDB. Além disso, cada professor deverá apresentá-lo à turma no início do período letivo, garantindo o princípio do diálogo e da coletividade na sistematização do processo.

O conhecimento adquirido na educação profissional e tecnológica, inclusive no trabalho, poderá ser objeto de avaliação, reconhecimento e certificação para prosseguimento ou conclusão de estudos. A certificação de conhecimentos e saberes busca comprovar o domínio de conteúdo dos componentes curriculares que podem ter sido construídos ou não em processos formais de aprendizagem. Para o aproveitamento de estudos e reconhecimento de saberes, os estudantes devem proceder em acordo com o que estabelece o item 4.2.8 deste PPC.

6.1 Recuperação paralela

A recuperação paralela parte do princípio que a avaliação é um processo contínuo e cumulativo no qual devem prevalecer os aspectos qualitativos, reforçando a avaliação também como diagnóstica e processual, em que são produzidos dados que permitem a reflexão sobre a necessidade de novas intervenções e ações pedagógicas pelos docentes. É nesse sentido que se dá a obrigatoriedade de estudos de recuperação paralela, uma vez que estes materializam no cotidiano escolar a visão da avaliação como um processo e não restrita a aplicação de instrumentos e notas.

A finalidade da recuperação paralela é garantir intervenções pedagógicas ao longo do período letivo àqueles estudantes que, no seu percurso formativo, foram identificados por meio do processo de avaliação com objetivos de ensino e aprendizagem não atingidos, bem como àqueles que visam ao aperfeiçoamento da aprendizagem e não apenas ao alcance da média. Considera-se aqui, rendimento insuficiente, nota abaixo de seis (6,0), mensurada através de instrumentos avaliativos utilizados em cada componente curricular. É facultado aos estudantes que atingiram a média mínima o direito a participar da recuperação paralela.

A oferta da recuperação paralela é obrigatória quando houver estudantes com rendimento insuficiente, e deverá ocorrer paralelamente ao período letivo, em momentos extraclasse, sendo o

tempo destinado a estes estudos não computado no mínimo de horas anuais determinadas em cada curso, por não se tratar de atividade obrigatória a todos os estudantes.

A recuperação paralela se incorpora à avaliação contínua e, sob esta perspectiva, a recuperação qualitativa de conteúdos deverá ocorrer ao longo do período letivo e de forma integrada, visando ao aperfeiçoamento da aprendizagem, de acordo com as características e especificidades dos estudantes jovens e adultos. Desta forma, nos cursos EJA-EPT, não há exame final, considera-se que o processo de recuperação paralela ocorre ao longo de todo o período letivo com intervenções pedagógicas que auxiliem o estudante no processo de aprendizagem. Assim, durante cada período avaliativo, deverá ser prevista recuperação paralela que auxilie o estudante a ter êxito na sua aprendizagem, evitando a não compreensão dos conteúdos, a reprovação e a evasão.

No planejamento das atividades relacionadas à recuperação paralela, devem ser propostas formas metodológicas alternativas que proporcionem abordagens diferenciadas daquelas anteriormente desenvolvidas, visando novas oportunidades de aprendizagem aos estudantes. Quanto às formas e meios, os estudos de recuperação paralela devem ser oferecidos em horários compatíveis com as possibilidades de participação dos estudantes, podendo ser disponibilizados através de monitorias com acompanhamento do professor; atividades ou trabalhos extraclasse; grupos de estudos, dentre outras estratégias, observando sempre a obrigatoriedade da presença do professor na organização e na condução das atividades.

Cada docente deve prever, em seu Plano de Ensino, a recuperação paralela, garantindo a recuperação de estudos e a reavaliação ao longo de cada período avaliativo. A reavaliação integra a avaliação da aprendizagem do estudante, sendo sua oferta condicionada ao resultado obtido nas atividades avaliativas do componente curricular, e devem ocorrer após os momentos e as atividades de retomada de conteúdos planejados para sanar eventuais dificuldades da aprendizagem. As atividades de recuperação paralela serão registradas no diário de classe ou em documento similar disponibilizado pela instituição e, quando melhores, substituirão as notas anteriores.

6.2 Aprovação

A aprovação do estudante no curso de EJA integrado à Qualificação Profissional em Agente de Higiene e Segurança do Trabalho ocorre após a integralização do curso, com a aprovação em todas as disciplinas e/ou por aproveitamento de estudos. O regime de oferta do curso é seriado, de forma que será considerado aprovado na série o discente que satisfazer, concomitantemente, as seguintes condições mínimas:

I - frequência igual ou superior a 75% (setenta e cinco por cento) calculada com base na carga horária total da série;

II - aproveitamento final igual ou superior a 6,0 (seis), correspondente à média aritmética simples das notas obtidas na verificação e avaliação da aprendizagem em cada componente curricular cursado no período avaliativo.

O curso tem duração de dois anos e a sua integralização deverá ser realizada em até três anos.

7. Sistema de avaliação e acompanhamento do curso

A avaliação geral do curso de EJA integrado à Qualificação Profissional em Agente de Higiene e Segurança do Trabalho é de competência da PROEN e PROPI, em articulação com a Procuradoria Educacional Institucional (PEI), a DEPE e a Coordenação de Curso.

Já o acompanhamento do curso acontece por meio de reuniões pedagógicas periódicas que constituem instâncias colegiadas, tendo dentre outras finalidades, a de analisar, discutir, orientar e deliberar acerca do processo de ensino-aprendizagem. As reuniões pedagógicas serão constituídas pelo Coordenador do Curso, pelos docentes e representante do NUPE. A organização da reunião pedagógica é responsabilidade da Coordenação do Curso, devendo ter no mínimo três sessões para cada semestre. A organização da reunião pedagógica deverá garantir momentos de:

I – discussões para coleta de informações acerca das fragilidades, potencialidades e autoavaliação de todos os envolvidos no processo;

II – análise e reflexão sobre o processo de ensino-aprendizagem, o trabalho pedagógico realizado e proposta de intervenções;

III – operacionalização das ações definidas coletivamente.

As Assembleias de Acompanhamento do curso acontecem uma vez por semestre e tem por objetivo garantir um momento de escuta dos discentes em relação ao andamento do processo pedagógico, as dificuldades e possíveis melhorias para atender às necessidades dos estudantes jovens e adultos, considerações acerca da dinâmica das aulas, do entrosamento e convivência entre os sujeitos, desempenho individual e coletivo dos estudantes, e ainda sobre a estrutura e funcionamento institucional. As Assembleias serão constituídas pelos seguintes sujeitos: Coordenador do Curso, Coordenador Adjunto, representante do NUPE, Coordenador Geral de Ensino Técnico (CGET) ou Diretor de Desenvolvimento Educacional (DEPE), alunos e professores.

8. Expedição de Diploma e Certificados

Àquele que concluir com aprovação todos os componentes curriculares que compõem a organização curricular deste curso terá direito a certificação com validade nacional que atesta a conclusão do Ensino Médio, possibilitando o prosseguimento de estudos em nível superior, bem como da Qualificação Profissional em Agente de Higiene e Segurança do Trabalho, para fins de habilitação na respectiva área profissional. Os históricos escolares que acompanham os certificados devem explicitar os componentes curriculares cursados, de acordo com o correspondente perfil profissional de conclusão, as respectivas cargas horárias, frequências e aproveitamento dos concluintes.

9. Corpo docente e técnico administrativo em educação do IFC

O telefone para contato dos docentes do curso e demais servidores técnico-administrativos do IFC – Campus Camboriú é o telefone institucional de número: **(47) 2104-0800**.

9.1 Corpo docente

Docente	SIAPE	Regime de Trabalho	Titulação	Endereço de e-mail	Lattes
Aldalúcia Tereza da Rosa	2183800	DE	Especialização em PROEJA pelo IFSC	aldalucia.rosa@ifc.edu.br	http://lattes.cnpq.br/2327004378304034
Bruno Carlesso Aita	2255081	DE	Doutorado em Engenharia Química pela UFSM	bruno.aita@ifc.edu.br	http://lattes.cnpq.br/2898394721104279
Cleonice Maria Beppler	1042249	DE	Especialização em Gestão de Emergências e Desastres Naturais pelo AVM EDUCACIONAL	cleonice.beppler@ifc.edu.br	http://lattes.cnpq.br/9868609834605055
Cristalina Yoshie Yoshimura	1504842	DE	Doutorado em Ciências (Botânica) pela USP	cristalina.yoshimura@ifc.edu.br	http://lattes.cnpq.br/5780605974510087
Daniel Shikanai Kerr	2289503	DE	Doutorado em Bioquímica pela USP	daniel.kerr@ifc.edu.br	http://lattes.cnpq.br/4861431383393921
Daniele Soares De Lima	2183790	DE	Mestre em Letras pela UCPel	daniele.lima@ifc.edu.br	http://lattes.cnpq.br/1601576028331940
Débora de Fátima Einhardt Jara	1646542	DE	Doutorado em Educação Ambiental pela FURG	debora.jara@ifc.edu.br	http://lattes.cnpq.br/0228574516833925
Flávia Walter	1737475	DE	Mestrado em Ciências da Linguagem pela UNISUL	flavia.walter@ifc.edu.br	http://lattes.cnpq.br/4638342464227230
Flávia de Souza Fernandes	2141010	DE	Doutorado em Ciências da Saúde pela UNISUL	flavia.fernandes@ifc.edu.br	http://lattes.cnpq.br/5361584734456553

Flávio Leite Costa	1783505	DE	Mestrado em Educação pela UNIR	flavio.costa@ifc.edu.br	http://lattes.cnpq.br/6693623336535570
Gustavo Tanus Martins	1196950	40h	Doutorado em Educação pela UFSC	gustavo.martins@ifc.edu.br	http://lattes.cnpq.br/5231335041775413
Juarez Nelson Alves de Lima	341520	DE	Doutorado em Psicologia Social pela Universidad Kennedy/Argentina	juarez.lima@ifc.edu.br	http://lattes.cnpq.br/8038536908814733
Letícia Lenzi	2103747	40h	Doutorado em Educação Científica e Tecnológica pela UFSC	leticia.lenzi@ifc.edu.br	http://lattes.cnpq.br/2138480467340950
Luiz Felipe Ungericht	2456317	DE	Mestrado em Educação Agrícola pela UFRRJ	luiz.ungericht@ifc.edu.br	http://lattes.cnpq.br/2569193794181672
Marcelo da Silva	2163963	DE	Mestrado em Planejamento Urbano pela UDESC	marcelo.silva@ifc.edu.br	http://lattes.cnpq.br/5348094015669101
Marcos Alexandre Heinig	2277873	DE	Especialização em Segurança do Trabalho/UFSC	marcos.heinig@ifc.edu.br	http://lattes.cnpq.br/4794319627973711
Marcus Vinicius Machado Carneiro	1979915	DE	Mestrado em Matemática pela UNIJUI	marcus.carneiro@ifc.edu.br	http://lattes.cnpq.br/1194108987903972
Mauricio Gustavo Rodrigues	1858287	DE	Mestre em Química Aplicada pela UNICENTRO	mauricio.rodrigues@ifc.edu.br	http://lattes.cnpq.br/7337427408075148
Michele Leão De Lima Ávila	2276227	DE	Mestrado em Antropologia Social pela UFSC	michele.avila@ifc.edu.br	http://lattes.cnpq.br/8085835469320829
Raffael Bottoli Schemmer	1278769	40h	Mestrado em Ciências da Computação pela PUC/RS	raffael.schemmer@ifc.edu.br	http://lattes.cnpq.br/4102268960038395
Rosane Pedron Carneiro	1901273	DE	Mestrado em Modelagem Matemática pela UNIJUI	rosane.carneiro@ifc.edu.br	http://lattes.cnpq.br/9118258956742500

9.2 Coordenação de curso

Docente	SIAPE	Regime de Trabalho	Titulação	Endereço de e-mail
Letícia Lenzi	2103747	40h	Doutorado em Educação Científica e Tecnológica pela UFSC	leticia.lenzi@ifc.edu.br

Gustavo Tanus Martins	1196950	40h	Doutorado em Educação pela UFSC	gustavo.martins@ifc.edu.br
-----------------------	---------	-----	---------------------------------	----------------------------

9.3 NDB

Docente	SIAPE	Regime de Trabalho	Titulação	Endereço de e-mail
Aldalúcia Tereza da Rosa	2183800	DE	Especialização em PROEJA pelo IFSC	aldalucia.rosa@ifc.edu.br
Cristalina Yoshie Yoshimura	1504842	DE	Doutorado em Ciências (Botânica) pela USP	cristalina.yoshimura@ifc.edu.br
Daniel Shikanai Kerr	2289503	DE	Doutorado em Bioquímica pela USP	daniel.kerr@ifc.edu.br
Daniele Soares De Lima	2183790	DE	Mestre em Letras pela UCPel	daniele.lima@ifc.edu.br
Débora de Fátima Einhardt Jara	1646542	DE	Doutorado em Educação Ambiental pela FURG	debora.jara@ifc.edu.br
Flávia Walter	1737475	DE	Mestrado em Ciências da Linguagem pela UNISUL	flavia.walter@ifc.edu.br
Flávio Leite Costa	1783505	DE	Mestrado em Educação pela UNIR	flavio.costa@ifc.edu.br
Gustavo Tanus Martins	1196950	40h	Doutorado em Educação pela UFSC	gustavo.martins@ifc.edu.br
Letícia Lenzi	2103747	40h	Doutorado em Educação Científica e Tecnológica pela UFSC	leticia.lenzi@ifc.edu.br
Luciana Colussi	1347559	DE	Mestrado em Letras pela UFSM	luciana.colussi@ifc.edu.br
Mauricio Gustavo Rodrigues	1858287	DE	Mestre em Química Aplicada pela UNICENTRO	mauricio.rodrigues@ifc.edu.br
Raffael Bottoli Schemmer	1278769	40h	Mestrado em Ciências da Computação pela PUC/RS	raffael.schemmer@ifc.edu.br

9.4 Colegiado

Membro	Cargo	SIAPE	Regime de Trabalho	Titulação	Endereço de e-mail
---------------	--------------	--------------	---------------------------	------------------	---------------------------

Aldalúcia Tereza da Rosa	Docente	2183800	DE	Especialização em PROEJA pelo IFSC	aldalucia.rosa@ifc.edu.br
Claudia Damo Bertoli	Docente	2169896	DE	Doutorado em Zootecnia pela UFRGS	claudia.bertoli@ifc.edu.br
Cristalina Yoshie Yoshimura	Docente	1504842	DE	Doutorado em Ciências (Botânica pela USP)	cristalina.yoshimura@ifc.edu.br
Daniel Shikanai Kerr	Docente	2289503	DE	Doutorado em Bioquímica pela USP	daniel.kerr@ifc.edu.br
Daniele Soares De Lima	Docente	2183790	DE	Mestre em Letras pela UCPel	daniele.lima@ifc.edu.br
Flávia Walter	Docente	1737475	DE	Mestrado em Ciências da Linguagem pela UNISUL	flavia.walter@ifc.edu.br
Flávio Leite Costa	Docente	1783505	DE	Mestrado em Educação pela UNIR	flavio.costa@ifc.edu.br
Gustavo Tanus Martins	Docente	1196950	40h	Doutorado em Educação pela UFSC	gustavo.martins@ifc.edu.br
Letícia Lenzi	Docente	2103747	40h	Doutorado em Educação Científica e Tecnológica pela UFSC	leticia.lenzi@ifc.edu.br
Luciana Colussi	Docente	1347559	DE	Mestrado em Letras pela UFSM	luciana.colussi@ifc.edu.br
Luiz Felipe Ungericht	Docente	2456317	DE	Mestrado em Educação Agrícola pela UFRRJ	luiz.ungericht@ifc.edu.br
Marcus Vinicius Machado Carneiro	Docente	1979915	DE	Mestrado em Matemática pela UNIJUI	marcus.carneiro@ifc.edu.br
Mauricio Gustavo Rodrigues	Docente	1858287	DE	Mestre em Química Aplicada pela UNICENTRO	mauricio.rodrigues@ifc.edu.br
Raffael Bottoli Schemmer	Docente	1278769	40h	Mestrado em Ciências da Computação pela PUC/RS	raffael.schemmer@ifc.edu.br

9.5 Corpo Técnico Administrativo em Educação

Servidor	Titulação	Cargo
Andrea Aparecida Silva	Mestre em Administração Universitária	Bibliotecária Documentalista
Andressa Grazielle Brandt	Doutora em Educação	Pedagoga
Angela Lidvina Schneider	Especialista em Educação	Auxiliar de Biblioteca
Cristine de Oliveira Dilli	Especialista em Pedagogia Empresarial e Educação Corporativa	Assistente em Administração
Fernanda Borges Vaz Ribeiro	Especialista em Biblioteconomia	Bibliotecária Documentalista
Herlon Iran Rosa	Graduado em Ciências Biológicas	Assistente de Aluno
Ilda Santos Cardoso Pereira	Graduada em História	Auxiliar de Biblioteca
Jorge Luis Araujo dos Santos	Especialista em Psicologia e Saúde Mental Coletiva	Psicólogo
Leonardo Caparroz Cangussu	Mestre em Ecologia e Conservação	Técnico em Assuntos Educacionais
Mara Rubian Matteussi Garcia Kortelt	Especialista em LIBRAS; Especialista em Arte e Educação	Tradutor Intérprete de LIBRAS
Márcia Rodecz	Mestre em Educação	Pedagoga
Marouva Fallgatter Faqueti	Mestre em Engenharia de Produção	Bibliotecária Documentalista
Nelza de Moura	Especialista em Gestão Social	Assistente Social
Neusa Denise Marques	Especialista em Psicopedagogia	Pedagoga
Saionara Garcia Dotto	Ensino Médio	Assistente em Administração
Sandra Rosabel Pereira Macaneiro	Especialização em Enfermagem Obstétrica	Enfermeira
Simone Marques de Almeida	Especialista em Gestão Universitária	Técnica de Tecnologia da Informação
Vânia Leonardelli Pereira	Especialista em Qualidade e Produtividade	Assistente em Administração
Terezinha Pezzini Soares	Mestre em Letras	Secretária Executiva

9.6 Políticas de Capacitação para Docentes e Técnicos Administrativos em Educação

A política de capacitação de servidores do IFC está detalhada nas normatizações a seguir:

- Resolução 016-2012: Dispõe sobre o Programa Institucional de Qualificação (Mestrado e Doutorado) de servidores para o IFC (PIQ/IFC) - licenças de 50 e 100% (IFC, 2012b).
- Resolução 031-2012: Altera PIQ (IFC, 2012c).
- Resolução 008 – 2013: Dispõe sobre dispensa de Servidor para cursar MINTER/DINTER do IFC (IFC, 2013b).
- Resolução 064 – 2013: Altera PIQ (IFC, 2013c).
- Resolução 004 – 2014: Altera PIQ (IFC, 2014c).
- Resolução 049 – 2014: Dispõe sobre o Programa de Bolsa de Incentivo à Qualificação (Mestrado/Doutorado) dos servidores do IFC (PROBIQ/IFC), bolsa de 500,00 (IFC, 2014d).
- Resolução 052 – 2014: Altera MINTER-DINTER (IFC, 2014e).
- Resolução Ad referendum 004-CONSUPER-2016: Altera PIQ (IFC, 2016a).
- Resolução 015-CONSUPER-2016: Dispõe sobre a Política de Capacitação (Cursos de Graduação e Extensão) de Servidores do IFC - diretrizes, bolsas, licenças (IFC, 2016b).
- Resolução 018-CONSUPER-2016: Altera PIQ (IFC, 2016c).
- Resolução 058-CONSUPER-2016: Altera PROBIQ (IFC, 2016d).
- Resolução 002-CONSUPER-2017: Dispõe sobre a criação do Colegiado de Gestão de Pessoas do Instituto Federal Catarinense (IFC, 2017).

Os cursos de EJA-EPT do IFC - *Campus* Camboriú possuem reuniões periódicas, convocadas pela Coordenação do Curso com o NDB, Colegiado ou conjunto de professores do curso, dependendo das demandas a serem discutidas e deliberadas. A gestão do curso é feita de forma democrática, com planejamento e participação ativa de todos os docentes do curso.

10. Instalações físicas

O *Campus* Camboriú está localizado na cidade de Camboriú, em terreno com dimensões listadas a seguir:

- Área total: 2.100.000 m² (cerca de 210 hectares)
- Área construída: 20.000 m²

- Área disponível para o desenvolvimento de projetos: 1.170.000 m²
- Área de preservação florestal e hídrica: 350.000 m²
- Área de jardins, urbanização e outros: 310.000 m²
- Área esportiva e centro esportivo: 30.000 m²
- Área destinada a outras finalidades: 80.000 m²

Em relação aos seus espaços, o *Campus Camboriú* conta com:

- Prédio A: Sala de Conselhos; Coordenações de Ensino, Pesquisa, Extensão e Estágios, Coordenação de Registros Acadêmicos, Gabinete da Direção, Departamento de Administração e Planejamento, Refeitório, Salas de Professores.
- Prédio B: Laboratórios de Microbiologia, Análises Químicas, Química, Física e Gestão Ambiental, Laboratório de Prevenção e Combate a Incêndios e Laboratório de Higiene e Segurança do Trabalho, Salas de Professores.
- Prédio C: Cantina, Diretório Central de Estudantes, Laboratórios de Informática, Laboratório de Pesquisa Imobiliária e Laboratório Gráfico de Experimentação Imobiliária, Salas de professores.
- Prédio D: Coordenação Geral de Assistência ao Educando, Laboratórios de Hospedagem I e II, Sala de Artes, Laboratório de Pedagogia, Brinquedoteca, Laboratório de Suporte Básico de Vida e Laboratório Geral de Informática.
- Prédio E: Biblioteca, Auditório e Miniauditório.
- Prédio F: Laboratório de Matemática, Coordenação de Pós-graduação, Salas de aula e Salas de professores.
- Prédio J: Coordenação de Ensino Superior, Salas de aula.

Atualmente o *Campus* possui 25 salas de aulas, com capacidade para 40 educandos cada, equipadas com televisores de 42” (Bloco F), datas-shows fixos (Bloco J), cortinas, ares-condicionados e isolamento acústico. O Laboratório Geral de Informática atende a todos os cursos do *Campus*, mediante agendamento na Coordenação Geral de Ensino/CGET. Além disso, conta com 20 computadores, um televisor de 42 polegadas, quadro, 2 ares-condicionados e cortinas.

No total o *campus* possui 8 laboratórios de informática. O Auditório possui capacidade para 400 pessoas e dispõe de ares-condicionados, data show e computador fixos, palco, bastidores, mesa para convidados, sistema de som, microfones, banheiros, cortinas, etc. Já o Miniauditório possui capacidade para 48 pessoas, equipado com computador, acesso à Internet, Datashow e tela especial de projeção interativa. A Sala de reuniões denominada “Sala de Conselhos” possui capacidade de 90

lugares, com mesa para reuniões, data show fixo, televisor 42” e ares-condicionados.

O *Campus* Camboriú conta ainda com outros locais, como: Ambulatório, Moradia Estudantil, Centro de Convivência do Estudante, Sala de desenho técnico, Centro de Formação de Treinadores e Instrutores de Cães-Guia. Adicionalmente, o novo Restaurante Universitário do *Campus* está em fase de finalização. Para auxiliar nas atividades de ensino e apoio ao ensino, o *Campus* conta com os seguintes serviços: é ofertado 01 *notebook* ou *desktop* para cada professor; possibilidade de agendamento de lousas digitais, data-shows e notebooks na Coordenação Geral de Ensino/CGE; *wireless* para a comunidade interna.

10.1 Biblioteca

A biblioteca do IFC - *Campus* Camboriú tem como missão “promover o acesso, recuperação e transferência de informações que respaldam as atividades de ensino, pesquisa, extensão e administração do IFC, contribuindo para a formação de profissionais cidadãos comprometidos com o desenvolvimento de uma sociedade democrática, inclusiva, social e ambientalmente equilibrada”. Como suporte ao desenvolvimento de suas ações, a biblioteca ocupa uma área construída de 600 m² que abriga um acervo composto de livros, periódicos, folhetos, teses, dissertações, DVDs e CD-ROMs, totalizando aproximadamente 28.000 exemplares. Oferece áreas para estudo em grupo e individual; 6 computadores para pesquisa na internet e digitação de trabalhos; rede wireless para facilitar uso de computadores pessoais; 01 (um) computador exclusivo para consulta ao acervo, renovação de títulos e reserva de exemplares; 01 (um) miniauditório com capacidade para 48 pessoas, equipado com computador, acesso à Internet, Datashow e tela especial de projeção interativa. O gerenciamento de todos os serviços na biblioteca é automatizado utilizando-se o sistema *Pergamum*. Sendo assim, procedimentos básicos realizados pelos usuários, tais como consulta ao acervo, reservas e renovações podem também ser feitos online, através do site: <http://biblioteca.ifc.edu.br/biblioteca-camboriu/>.

Visando atender os usuários de forma plena, a biblioteca mantém os serviços de empréstimo entre bibliotecas e o COMUT (Programa de Comutação Bibliográfica) a fim de suprir as necessidades informacionais não acessíveis localmente. O apoio à iniciação científica é um serviço de mediação educativa oferecido nas áreas da busca, seleção e uso de informações em produções acadêmicas. São oferecidos treinamentos específicos abrangendo orientações de uso dos recursos da biblioteca, visitas orientadas, uso de bases de dados, pesquisas na internet, normalização bibliográfica e elaboração de projetos de pesquisa.

10.2 Áreas de ensino específicas

No quadro a seguir, são descritas as áreas de Ensino e Laboratórios específicos da área do curso de Qualificação Profissional em Agente de Higiene e Segurança do Trabalho.

DESCRIÇÃO	OBSERVAÇÃO
01(um) Laboratório Geral de Informática	Com computadores de mesa, disponíveis para turmas com 30 alunos.
01 (um) Laboratório de Suporte Básico à Vida	Práticas de Primeiros Socorros.
01 (um) Laboratório de Equipamentos de Proteção Individual e Higiene Ocupacional e Ergonomia	Possui equipamentos contra incêndio, equipamentos de Higiene Ocupacional e Equipamentos de Proteção Individual.
01 (um) Laboratório de Prevenção e Controle de Incêndios	Ambiente para as práticas de fenomenologia da combustão e controle de incêndios por extintores portáteis.
01 (um) Laboratório de Assepsia	Apresenta três pontos de água, estufa para esterilização de materiais, geladeira, fogão, balança e bancadas.

10.3 Área de esporte e convivência

O *Campus* Camboriú conta com área esportiva de 30.000 m² composto por:

- um campo de futebol society;
- um campo de futebol oficial;
- uma pista de atletismo;
- um ginásio poliesportivo com duas quadras multiuso, vestiários masculino e feminino, uma sala de professores, seis salas de materiais armazenando equipamentos de ginástica, do atletismo, das modalidades esportivas, jogos educativos-pedagógicos, entre outros.

Há um Centro de Convivência para os discentes com ambientes fechados, que incluem pufes e internet *wifi*. No mesmo prédio existe um amplo terraço onde a comunidade acadêmica pode apreciar a vista do *Campus* e ficar ao ar livre. O local conta ainda com banheiros e vestiários. Existem diversos estacionamentos distribuídos pelo *campus* e 3 (três) bicicletários.

10.4. Área de atendimento ao estudante

Os estudantes são atendidos pela Coordenação do Curso e pelos docentes em suas salas, em horário disponível para atendimento. Além disso, os discentes também são atendidos pela Coordenação de Registros Acadêmicos e Cadastro Institucional (CRACI), pela Coordenação Geral de Ensino Técnico (CGET), pela Direção de Ensino, Pesquisa e Extensão (DEPE) e pelo Serviço Integrado de Suporte e Acompanhamento Educacional (SISAE), o qual ainda conta com Atendimento de Assistência Social, Psicologia e Orientação Educacional, bem como Serviço de Atendimento Educacional Especializado (AEE) e enfermaria.

11. Referências

ANASTASIOU, Léa das Graças C. Ensinar, aprender, apreender e processos de ensinagem. In: ANASTASIOU, Léa das Graças C. e ALVES, Leonir Pessate. Processos de ensinagem na universidade. Joinville, SC: Editora Univille, 2003.

BRASIL. Congresso Nacional. Decreto nº 5.154. 23 de julho de 2004. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências. Brasília, 2004.

BRASIL. Congresso Nacional. Decreto nº 5.296. 02 de dezembro de 2004. Regulamenta as Leis nº 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Brasília, 2004.

BRASIL. Congresso Nacional. Decreto nº 5.840. 13 de julho de 2006. Institui, no âmbito federal, o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos - PROEJA, e dá outras providências. Brasília, 2006.

BRASIL. Congresso Nacional. Lei nº 9.394. 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, 1996.

BRASIL. Congresso Nacional. Lei nº 10.098. 19 de dezembro de 2000. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Brasília, 2000.

BRASIL. Congresso Nacional. Lei nº 11.645. 10 de março de 2008. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. Brasília, 2008.

BRASIL. Congresso Nacional. Lei nº 11.788. 25 de setembro de 2008. Dispõe sobre o estágio de estudantes; altera a redação do art. 428 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996; revoga

as Leis nos 6.494, de 7 de dezembro de 1977, e 8.859, de 23 de março de 1994, o parágrafo único do art. 82 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e o art. 6º da Medida Provisória nº 2.164-41, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências. Brasília, 2008.

BRASIL. Congresso Nacional. Lei nº 11.892. 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Brasília, 2008.

BRASIL. Congresso Nacional. Lei nº 11.947. 16 de junho de 2009. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica; altera as Leis nº 10.880, de 9 de junho de 2004, 11.273, de 6 de fevereiro de 2006, 11.507, de 20 de julho de 2007; revoga dispositivos da Medida Provisória nº 2.178-36, de 24 de agosto de 2001, e a Lei nº 8.913, de 12 de julho de 1994; e dá outras providências. Brasília, 2009.

BRASIL. Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão do IFC. Portaria Normativa nº 4/2019/CONSEPE. 31 de maio de 2019. Regulamenta a oferta de componentes curriculares a distância nos cursos presenciais de qualificação profissional, educação de jovens e adultos (EJA), técnicos de nível médio e superiores de graduação e pós-graduação, no âmbito do Instituto Federal Catarinense - IFC. Blumenau: IFC, 2019.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Parecer CNE/CP nº 1/2004. 17 de junho de 2004. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Brasília: MEC, 2004.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Parecer CNE/CEB nº 39/2004. 8 de dezembro de 2004. Aplicação do Decreto nº 5.154/2004 na Educação Profissional Técnica de nível médio e no Ensino Médio. Brasília: MEC, 2004.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Parecer CNE/CEB nº 40/2004. 8 de dezembro de 2004. Trata das normas para execução de avaliação, reconhecimento e certificação de estudos previstos no Artigo 41 da Lei nº 9.394/96 (LDB). Brasília: MEC, 2004.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Parecer CNE/CEB nº 6/2010. 07 de abril de 2010. Reexame do Parecer CNE/CEB nº 23/2008, que institui Diretrizes Operacionais para a Educação de Jovens e Adultos – EJA, nos aspectos relativos à duração dos cursos e idade mínima para ingresso nos cursos de EJA; idade mínima e certificação nos exames de EJA; e Educação de Jovens e Adultos desenvolvida por meio da Educação a Distância. Brasília: MEC, 2010.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Parecer CNE/CEB nº 11/2012. 09 de maio de 2012. Define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio. Brasília: MEC, 2012.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE/CEB nº. 1/2000. 05 de julho de 2000. Estabelece as Diretrizes Curriculares para a Educação de Jovens e Adultos. Brasília: MEC, 2000.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE/CEB nº. 3/2000. 15 de junho de 2010. Institui Diretrizes Operacionais para a Educação de Jovens e Adultos nos aspectos relativos à duração dos cursos e idade mínima para ingresso nos cursos de EJA; idade mínima e certificação nos exames de EJA; e Educação de Jovens e Adultos desenvolvida por meio da Educação a Distância. Brasília: MEC, 2010.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE/CEB nº. 2/2005. 4 de abril de 2005.

Modifica a redação do § 3º do artigo 5º da Resolução CNE/CEB nº 1/2004, até nova manifestação sobre estágio supervisionado pelo Conselho Nacional de Educação. Brasília: MEC, 2005.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE/CEB nº. 4/2005. 27 de outubro de 2005. Inclui novo dispositivo à Resolução CNE/CEB 1/2005, que atualiza as Diretrizes Curriculares Nacionais definidas pelo Conselho Nacional de Educação para o Ensino Médio e para a Educação Profissional Técnica de nível médio às disposições do Decreto nº 5.154/2004. Brasília: MEC, 2005.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE/CEB nº. 4/2010. 13 de julho de 2010. Define Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica. Brasília: MEC, 2010.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE/CEB nº 4/2012. 06 de junho de 2012. Dispõe sobre alteração na Resolução CNE/CEB nº 3/2008, definindo a nova versão do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos de Nível Médio. Brasília: MEC, 2012.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE/CEB nº 6/2012. 20 de setembro de 2012. Define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio. Brasília: MEC, 2012.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE/CEB nº. 3/2018. 21 de novembro de 2018. Atualiza as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio. Brasília: MEC, 2018.

BRASIL. Conselho Superior do IFC. Resolução nº 053/2010/CONSUPER. 17 de dezembro de 2010. Dispõe sobre a criação, trâmite e critérios de análise e aprovação dos Projetos Pedagógicos de Cursos do PROEJA - Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos - (PPCP) e do PROEJA-FIC - Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos, na formação inicial e continuada integrada com o ensino fundamental - PPCP-FIC, do Instituto Federal Catarinense. Blumenau: IFC, 2010.

BRASIL. Conselho Superior do IFC. Resolução nº 084/2014/CONSUPER. 30 de outubro de 2014. Resolve aprovar a Organização Didática dos Cursos Técnicos de Nível Médio do Instituto Federal Catarinense. Blumenau: IFC, 2014.

BRASIL. Ministério da Educação. Documento Base Proeja: Ensino Médio. Brasília: MEC, 2007.

BRASIL, Ministério da Educação. Guia Pronatec de Cursos FIC – Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego. 4ª Edição, Brasília, 2016a. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=41261-guia-pronatec-de-cursos-fic-2016-pdf&Itemid=30192>, acesso em 15 de outubro de 2020.

INSTITUTO FEDERAL CATARINENSE. Plano de Desenvolvimento Institucional 2014-2018. Blumenau, 2014.

INSTITUTO FEDERAL CATARINENSE. Qualificação Profissional integrada ao Ensino Fundamental ou ao Ensino Médio na modalidade de Educação de Jovens e Adultos das Redes Municipais e Estadual de Educação de Santa Catarina - IFC. Blumenau, 2020.